



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ÍCARO BRUNO VIEIRA BARBOSA

**CIBERESPAÇO E DEMOCRACIA: COMO AS REDES SOCIAIS AFETARAM O
JOGO POLÍTICO E A DEMOCRACIA NO BRASIL**

CAMPINA GRANDE
2022

ÍCARO BRUNO VIEIRA BARBOSA

**CIBERESPAÇO E DEMOCRACIA: COMO AS REDES SOCIAIS AFETARAM O
JOGO POLÍTICO E A DEMOCRACIA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia,
apresentado à Universidade Federal de Campina
Grande, como parte das exigências para obtenção
do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza

CAMPINA GRANDE
2022

ÍCARO BRUNO VIEIRA BARBOSA

**CIBERESPAÇO E DEMOCRACIA: COMO AS REDES SOCIAIS AFETARAM O
JOGO POLÍTICO E A DEMOCRACIA NO BRASIL**

Monografia apresentada à banca examinadora
da Universidade Federal de Campina Grande
como requisito para obtenção do título de
licenciado em Geografia.

Aprovado em _____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
ORIENTADOR

Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
1º EXAMINADOR

Kelly Cristina Costa Soares
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
2º EXAMINADOR

CAMPINA GRANDE
2022

Dedico este trabalho a minha família, que sempre incentivou, orientou e motivou os meus estudos. Esta pesquisa também é fruto de seus esforços.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de um trabalho jamais é um esforço individual. Toda produção passa pela contribuição de diversos autores, que investigaram, discutiram e construíram sua produção a partir da contribuição de outros que vieram antes dele. Mas acima de tudo, nenhum pesquisador jamais conseguirá produzir algo sem a motivação direta ou indireta daqueles que o cerca.

Dessa forma, agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele eu não seria capaz nem mesmo de seguir com a carreira acadêmica. Foi Ele quem me deu forças e me orientou, sempre provendo as aptidões necessárias para superar cada obstáculo.

Gostaria de agradecer também, de uma forma especial, aos meus pais: José Barbosa Justino (meu pai) e Ivoneide Vieira da Silva Barbosa (minha mãe). Agradeço por todo amor que me deram, por todas as vezes que me protegeram, me corrigiram e se esforçaram durante toda minha educação. O filho da empregada doméstica e do servente de pedreiro concluiu o ensino superior.

Agradeço também a toda minha família, pela qual os saúdo através dos nomes dos meus queridos avós que já estão no céu: Eudócio Vieira da Silva e Maria Bernardo Ferreira na qual sempre me lembrarei carinhosamente. Agradeço também a dona Creusa Deolinda Barbosa (Minha avó por parte de pai), a senhorinha mais fofo e carinhosa do mundo, e Severino Izaquiel Justino, o meu avô que nunca conheci. No mais, agradeço todos meus tios e tias, primos e primas, padrinhos e madrinhas.

Agradeço a meus amigos que estiveram do meu lado durante minha trajetória: Enderson Flávio – meu grande amigo de infância –, Ana Carolina, Richardson Arruda e Giancarlo Souza (meu padrinho de fogueira). E também aos meus colegas de curso: meu nobre Romário Oliveira, Heverton Kayque, Aureliana Gomes e Gabryelle Farias. Todos eles tiveram uma importante participação na minha vida.

Sou grato ao meu orientador Thiago Romeu por toda mentoria que me ofereceu durante o curso. Assim também, agradeço a todos os integrantes do meu tão querido LEPoliTC, que contribuiu fortemente na minha formação intelectual. Agradeço também a todos os meus professores, em especial a professora Sônia e Eugênio, que plantaram em mim o amor que tenho pela profissão docente.

E por último, não menos importante, agradeço a minha amada Kécya Maria, o grande presente que Deus me deu.

RESUMO

Diante dos grandes problemas que assolam a política na atualidade, uma em especial vem se tornando cada vez mais popular. O conceito de recessão democrática vem ganhando cada vez mais destaque em livros, assim como a preocupação com a chegada de líderes de caráter autoritários no poder nos últimos anos, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Muitas teorias e apontamentos são feitos para oferecer uma compreensão de como determinados países chegaram a uma situação crítica em suas democracias, a causa mais comum da recessão democrática entre os autores, é a ampliação e difusão da internet na sociedade. Baseado nessa premissa, o presente trabalho tem como objetivo, discutir o papel do ambiente virtual de sociabilidade construído pela internet, também conhecido como ciberespaço, na formação da atual crise da democracia brasileira, bem como, apresentar algumas observações sobre estes estudos atuais. Para tanto, é feito um levantamento bibliográfico de livros, artigos acadêmicos e artigos jornalísticos. Assim, constatamos neste trabalho, que o ciberespaço é um importante instrumento para o jogo político, e diversos movimentos acabaram por utilizar de seu potencial comunicativo, desencadeando por sua vez a atual crise democrática.

Palavras-chave: democracia; ciberespaço; recessão democrática; democracia brasileira.

ABSTRACT

Faced with the great problems that plague politics today, one in particular has become increasingly popular. The concept of democratic recession has been gaining more and more prominence in books, as well as the concern with the arrival of authoritarian leaders in power in recent years, both in the United States and in Brazil. Many theories and notes are made to offer an understanding of how certain countries reached a critical situation in their democracies, the most common cause of democratic recession among the authors is the expansion and diffusion of the internet in society. Based on this premise, the present work aims to discuss the role of the virtual environment of sociability built by the internet, also known as cyberspace, in the formation of the current crisis of Brazilian democracy, as well as to present some observations on these current studies. To this end, a bibliographic survey of books, academic articles and journalistic articles is carried out. Thus, we found in this work that cyberspace is an important instrument for the political game, and several movements ended up using its communicative potential, triggering the current democratic crisis.

Keywords: democracy; cyberspace; democratic recession; brazilian democracy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - evolução da interação dos seguidores dos pré-candidatos em %	68
Gráfico 2 - Porcentagem de bots por candidatos	68
Gráfico 3 - Frequência de utilização dos principais veículos de informação	70

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Rede páginas pró-impeachment de Dilma Rousseff no Facebook 64
- Figura 2 - Detalhe da Rede páginas pró-impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. 66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário.

76

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A DEMOCRACIA, CONCEITOS E TEORIAS	15
2.1. Democracia contextualizada por Norberto Bobbio	15
2.2. As origens Democracia Liberal	19
2.3. A Recessão democrática liberal	20
2.4. A Democracia odiada e outras críticas das visões Liberais	29
3. O CIBERESPAÇO	34
3.1. A internet como técnica	37
3.2. Ciberpolítica	38
3.3. Os Engenheiros do Caos	42
3.4. Um novo conceito para o ciberespaço	57
4. O CIBERESPAÇO E A DEMOCRACIA NO BRASIL	61
4.1. A construção da “nova direita” no Brasil	62
4.2. O Capitão chega ao poder	70
4.3. Democracia entre o autoritarismo e a Pandemia.	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

1. INTRODUÇÃO

De uns dez anos pra cá, tivemos mudanças políticas impressionantes no cenário mundial: o surgimento de movimentos conservadores, a ascensão de políticos de carácter nacional-populistas, como Viktor Orbán na Hungria, Narendra Modi na Índia, Rodrigo Duterte nas Filipinas e Donald Trump nos Estados Unidos, e o crescimento desenfreado de uma polarização política. No Brasil, outros fatores acrescentam o acervo de fenômenos, tais como as manifestações de 2013, o impeachment da presidente Dilma Rousseff, e todos os escândalos relacionados tanto às eleições, quanto ao governo do atual presidente, Jair Bolsonaro.

Dado o atual momento político vivenciado não só no Brasil, mas também em outros países do mundo, é possível enxergar diversos problemas que permeiam o cenário político, isso tudo numa dinâmica de surgimento e evolução de problemas frenéticos. Porém não é possível adotar este período como diferente dos outros apenas por essa questão.

Este minúsculo resumo do que se tem enfrentado no cenário político mundial, não consegue demonstrar totalmente a dimensão destes problemas. Porém, um fato bastante intrigante é uma crescente preocupação no cenário intelectual e jornalístico com a saúde das “democracias liberais” dos países, – inclusive, dos EUA, o que deixa seus compatriotas desconformados ao descobrirem uma possível fragilidade com sua tão adorada democracia – o que os levaram discutir sobre um problemático conceito, agora popularizado – e por sua vez banalizado – denominado “recessão democrática”. Obviamente, essa discussão acabou circundando no ambiente jornalístico e da elite intelectual brasileira, os levando a pensar sobre a possível ou não recessão democrática no Brasil.

Se pesquisarmos as literaturas mais atuais relacionadas à Democracia, perceberemos que em sua grande maioria, os livros estão voltados a discutirem sobre o tema de recessões democráticas, exclusivamente no período de 2017 em diante. Basta pesquisar por “democracia” no site da Amazon, e logo nos deparamos com nomes como, “Como a Democracia chegam ao fim”, “Como as democracias morrem”, “Democracia – O Deus que falhou”, entre outros títulos.

Entender o fator responsável por esse fenômeno é tão difícil quanto definir o período exato que ele se inicia, porém, um em especial é bastante apontado como um dos principais responsáveis: a Internet. David Runciman (2018) em seu trabalho intitulado,

“Como a democracia chega ao fim”, aponta as redes sociais acaba dedicando algumas páginas de seu trabalho para discutir como a internet nos últimos anos, vem solapando a política no mundo todo, a exemplos que vão desde a primavera árabe à eleição de Donald Trump nos Estados Unidos.

Em dois documentários recentes publicados pelo serviço de streaming Netflix, são apresentados alguns fatores que apontam a internet como um grande ator problematizador na democracia norte-americana. Em “Privacidade Hackeada” é denunciado um esquema de vazamento de dados privados de usuários do Facebook para uma empresa de marketing político conhecida como Cambridge Analytica na qual promoveu a eleição de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos.

No outro documentário, “O dilema das redes”, são apresentados diversos ex-funcionários das mais bem-sucedidas redes sociais da atualidade discutindo sobre como funcionam os bastidores dos algoritmos desses sites.

Segundo o documentário, os algoritmos, sejam do Facebook, como do Youtube, ou qualquer outro site, são os responsáveis por mostrar/indicar os conteúdos de mídia que são apresentados a você, estes possuem ao menos três objetivos principais. “O de engajamento, para aumentar o seu uso, e te manter navegando. O de crescimento, para que você sempre convide amigos e os faça convidar outros amigos. E o objetivo da publicidade, para garantir que enquanto tudo acontece, estamos lucrando o máximo possível com anúncios”. Ambos os objetivos atuam de forma conjunta para manter os usuários o maior tempo possível ligados à plataforma.

Na prática os algoritmos acabam incentivando o acesso a conteúdos problemáticos. Se um usuário acaba demonstrando interesse a acessar vídeos de teorias das conspirações, ou de notícias falsas, os algoritmos irão indicar novos e novos vídeos para agradar o usuário, construindo por sua vez várias e várias bolhas sociais fomentando a divisão social, o extremismo e a polarização da sociedade. Além disso, este mecanismo possibilita ambientes onde os sistemas de inteligência artificial podem ajudar na disseminação de notícias falsas e teorias da conspiração, facilitando a manipulação política.

Foi a partir desse tipo de sistema, que a Cambridge Analytica conseguiu promover a eleição de Trump. A texana Brittany Kaiser, que foi protagonista do documentário Privacidade Hackeada, afirmou em uma entrevista com a VEJA que Bolsonaro utilizou técnicas similares para realizar bombardeios de Fake News durante sua campanha.

David Runciman aponta como a Democracia de certa forma acabou sendo solapada por esses mecanismos desenvolvidos pelas redes sociais. Os Estados Unidos por exemplo possuem um espaço político extremamente hostil e polarizado, no qual não se diferencia muito do Brasil.

Todavia, as discussões sobre o fenômeno da “recessão democrática” são por unanimidade, defendidas a luz da “Democracia Liberal” ao mesmo tempo que oferecem a ela uma belíssima ode, apontando suas perfeições e belezas.

No ano de 2005, um importante filósofo francês chamado Jacques Rancière, apresentou ao espaço acadêmico uma visão diferenciada do conceito de democracia, que por consequência construía uma crítica as diversas experiências de Democracias representativas nos demais países capitalistas, escancarando seus problemas e deturpações.

As ponderações de Jacques Rancière, nos possibilita não só desconfiar se o termo popular “exceção democrática” realmente faz sentido, como também reimaginar a campanha das redes sociais na construção dos atuais problemas reais da política brasileira.

Deste modo, essas questões nos levam ao seguinte questionamento como o ciberespaço contribui para a formação da atual crise democrática no Brasil, a partir do ano de 2013?

Assim, este trabalho pretende apontar como o ciberespaço contribui para a formação da atual crise democrática no Brasil, a partir do ano de 2013.

Também é pretensão deste trabalho apresentar um contraponto ao debate atual sobre a “recessão democrática”, utilizando como base a perspectiva de Jacques Rancière em sua obra intitulada “O ódio à democracia”.

Para tanto, foi realizado uma revisão bibliográfica apurada sobre os conceitos e discussões da Democracia e Ciberespaço, além disso, foram levantados dados apresentados em estudos e pesquisas acadêmicas. Foram levantados também, uma série de artigos jornalísticos brasileiros.

Neste primeiro momento, foi esboçado alguns questionamentos a título de justificar a pesquisa, apresentar hipóteses, metodologia e apresentar os objetivos. Em seguida, no capítulo dois, é feita uma investigação sobre o conceito de democracia através das reflexões de Norberto Bobbio (2020), e as questões que circundam o conceito de Recessão Democrática utilizando como principal autor, Francis Fukuyama (2018). E por fim, apresentar as críticas de Jaques Ranciere sobre a democracia liberal.

No terceiro capítulo, é apresentado a temática do Ciberespaço através de diversos autores, discutindo não só seu conceito, como apresentando seus elementos mais atuais. No quarto capítulo, é desenvolvido a discussão sobre a crise democrática no Brasil, através da observação do papel do ciberespaço no desenvolver dos eventos a partir de 2013. E por fim, as considerações finais do trabalho, presentes no quinto capítulo.

Fugindo um pouco do tradicional, deixaremos a apresentação do nosso conceito de ciberespaço mais pra frente, em vista das complexidades de alguns pontos. Acreditamos que seja evidente o papel da internet no desenvolvimento dos atuais problemas, e para conseguir analisar este fator com precisão, é necessário uma observação de sua natureza geográfica, em outras palavras, sua capacidade de promover e alterar o espaço, assim como de proporcionar um espaço ainda mais dinâmico e fluido denominado de Ciberespaço, conceito este que nos ajuda a entender o mundo da famosa rede de computadores, além de esclarecer muitas questões relacionadas ao seu comportamento enquanto instrumento político.

2. A DEMOCRACIA, CONCEITOS E TEORIAS

A democracia é um conceito extremamente reconhecido no imaginário popular, talvez quase impossível de definir um conceito conciso e capaz de unificar as diversas concepções atreladas a ela. Dessa forma, antes da tentativa precipitada de conceituar e apontar o que é uma democracia, é importante contextualizar sua trajetória do termo e suas diferentes perspectivas

2.1. Democracia contextualizada por Norberto Bobbio

Norberto Bobbio defende que ao considerar a democracia como um “sistema amplo de conceitos” torna-se possível dividi-la de acordo com os diversos usos de perspectivas que os autores construíram ao longo do tempo. São eles: o descritivo (ou sistemático); prescritivo (ou axiológico); e histórico.

No que se refere ao seu caráter descritivo, Bobbio a define na classificação, ou seja, na tipologia das formas de governo historicamente existentes, considerando aquilo que as une, e a que as diferencia. Nesta perspectiva a democracia está fundamentalmente associada a uma forma de governo relacionada ao poder compartilhado pelo povo:

é a forma de governo na qual o poder é exercido por todo o povo, ou pelo maior número, ou por muitos, e enquanto tal se distingue da monarquia e da aristocracia, nas quais o poder é exercido, respectivamente, por um e por poucos (BOBBIO, 2015, p.179).

Em muitas ocasiões, a tripartição das formas de governo foi substituída por uma bipartição. Maquiavel apresenta com suas primeiras palavras que, “Todos os estados, todos os governos que houve e que imperam sobre os homens, foram ou são repúblicas ou principados” (MAQUIAVEL, 2012, p.49). Outra forma de bipartição descrita por Bobbio é a de Hans Kelsen em "Teoria Geral do Direito e do Estado”, descrito por Bobbio como pertencente à teoria política contemporânea a ele. Kelsen abandona a ideia de tripartição baseada no número, alegando que é uma descrição superficial, dessa forma ele a substitui, utilizando o critério da maior ou menor Liberdade Política, seria assim, as duas formas de poder, “Democracia” e “Autocracia”.

Aprofundando na tentativa de destacá-las, Kelsen distingue entre autonomia e heteronomia:

Democráticas são as formas de governo em que as leis são feitas por aqueles aos quais elas se aplicam (e são precisamente normas autônomas), autocracias

as formas de governo em que os que fazem as leis são diferentes daqueles para quem elas são destinadas (e são precisamente normas heterônomas). (BOBBIO, 2015, p.182)

Ao uso prescritivo, é considerada a discussão sobre a melhor forma de governo, classificando assim, se a democracia é boa ou má.

Logo de início Bobbio apresenta os prós e contras de uma maneira extremamente didática. Apresentando a discussão de Heródoto relatando um embate de três personagens persas, Otane, Megabizo e Dario, cada um defendendo uma forma de governo, sendo assim, Otane defendia a Democracia, e os outros dois, a aristocracia e a monarquia respectivamente.

Otane em sua defesa, alegava que a democracia era um uma forma de governo baseada na “igualdade de direitos”, criticando a monarquia alegando que, “o monarca pode fazer o que quer, sem prestar contas a ninguém”, definindo que a democracia é o governo que “está sujeito a prestação de contas e as decisões são tomadas em comum”. Os seus dois opositores o rebatem com argumentos contrários. Para Megabizo “não há nada mais estúpido e mais insolente que a multidão inápta e incapaz” e considerando não ser cabível a substituição de um tirano para uma multidão insolente e desenfreada. Para Dario “quando o povo governa, é impossível que não haja corrupção na esfera pública, a qual não gera inimizades, mas, antes, sólidas amizades entre os perversos”. Essa discussão que deve ter acontecido durante o século VI a.C. foi reproduzida um século depois, por Heródoto em seu livro Histórias, a partir dela, alguns argumentos prós e contras foram difundidos no pensamento Grego (BOBBIO, 2015, p. 182).

Péricles recita um discurso à honra dos mortos na guerra do Peloponeso:

Temos uma constituição que não emula as leis dos vizinhos, na medida em que servimos mais de exemplo aos outros do que de imitadores. E como ela é dirigida de modo a que os direitos civis caibam não a poucas pessoas, mas à maioria, ela é chamada democracia: diante das leis, naquilo que diz respeito aos interesses privados, a todos cabe um plano de paridade, enquanto que no que diz respeito à consideração pública na administração do Estado, cada um é escolhido conforme tenha se destacado num determinado campo, não por ser proveniente de uma dada classe social, mas sim por aquilo que vale (BOBBIO, 2015, p. 184).

A mais célebre condenação é defendida por Platão no oitavo livro de A República, considerando a democracia como uma forma degenerada, tão quanto a Tirania. Platão alegava que a democracia era uma espécie de oligarquia pelo a verso. Enquanto a oligarquia seria o governo dos ricos, a democracia não é o governo do povo, mas sim, o governo dos pobres contra os ricos. Posteriormente, Aristóteles irá concordar com Platão,

e considerar que a democracia apenas é o governo da maioria porque os pobres em qualquer estado, são sempre a maioria em relação aos ricos. Dessa forma, tanto o governo a favor dos ricos quanto o dos pobres seriam governos exclusivo de uma parte, e portanto, pela definição do bom governo, são governos corruptos.

Políbio defende que a forma boa de governo é a Democracia, na qual o povo “chama pra si o cuidado com os interesses públicos”, mas a sua degeneração é igualmente ruim, a oclocracia (o governo da Plebe), dessa forma “a multidão, habituada a consumir os bens alheios e a viver às custas do próximo (...) usa a violência” (BOBBIO, 2015, p. 186).

Para os clássicos do pensamento político moderno, houve uma clara inclinação a preferência da Monarquia ao invés da Democracia, defendido por autores como Hobbes, Bodin, Locke, Montesquieu, Hegel, eles defendiam a monarquia como a forma mais adaptada à época a eles contemporânea. A consolidação do pensamento a favor da democracia, por sua vez, se torna possível através de Rousseau.

Relata Bobbio que o desenvolvimento da democracia do início do século XIX até o seu tempo, “tem coincidindo com a progressiva extensão dos direitos políticos, isto é, do direito de participar, ao menos com a eleição de representantes, da formação da vontade coletiva” (BOBBIO, 2015, p. 190).

Por fim, no que se refere ao uso Histórico, Norberto Bobbio discute a progressão no espaço intelectual dos tipos de governos:

Durante séculos, ao menos até Hegel, os maiores escritores políticos serviram-se da tipologia das formas de governo para traçar as linhas de desenvolvimento do curso histórico da humanidade entendido como sucessão de uma determinada constituição a outra segundo um certo ritmo. Trata-se de ver que posto a democracia ocupou em alguns dos grandes sistemas (BOBBIO, 2015, p. 191).

Nesta perspectiva, é preciso distinguir as filosofias da história em regressivas (quando as experiências de sucessão é uma degeneração da precedente) e progressivas (Segundo as quais a etapa sucessiva é um aprimoramento da precedente) e cíclicas (quando o curso histórico, após ocorrido qualquer que seja o sentido, tenha voltado ao princípio).

Na grande maioria, os autores estiveram ao lado das histórias regressivas e ciclo regressivas. Platão, Políbio entre outros, a democracia geralmente ocupa o último posto numa sucessão que pressupõe a monarquia como primeira forma, aristocracia como segunda, e a democracia por último. Políbio traz consigo uma periodização de seis

formas, que se seguem respectivamente da Monarquia para o reino, e então para tirania e posteriormente segue para a forma de aristocracia, e depois democracia para oclocracia.

É na era moderna que a concepção regressiva do espaço passa a ser progressiva, assim a monarquia não mais ocupa a primeira posição, mas a última. No *De universi iuris uno princípio et uno fine*, Vico define o governo popular como o que vigoram “a paridade dos sufrágios, a livre expressão das sentenças, o igual acesso de cada um a todas as honras, sem exclusão das supremas, em razão do censo, ou seja, do patrimônio”. Vico resolve sua tipologia através da dicotomia, comum procedimento diferente dos demais, na qual utilizando um método “*reductio ad unum*” acaba por apresentar por um lado a monarquia e a república (democracia e aristocracia) e a democracia e a autocracia (monarquia e aristocracia).

Para Vico, a diferença primordial está entre a república aristocrática, que representa a “era dos heróis”, e a república popular e a democracia, ambas representando, embora em diversa medida, a era dos homens. Dessa forma a tricotomia clássica pode ser resolvida na dicotomia aristocracia e “governos humanos” (isto é, democracia e monarquia), nos quais:

pela igualdade da sua inteligente natureza, que é a própria natureza humana, todos se igualam diante das leis, já que todos nasceram livres em suas cidades; ou são populares, quando todos ou a maior parte constituem as forças justas da cidade e por isso tornam-se senhores da liberdade popular; ou são monarquias, nas quais os monarcas igualam a todos os sujeitos com as suas leis, e, concentrando apenas eles em suas mãos a força das armas, são os únicos a ocuparem uma posição política distinta (BOBBIO, 2015, p. 194).

Em *Espirito das leis* de Montesquieu, a monarquia é apresentada como a mais apropriada para os grandes Estados territoriais da Europa, o despotismo por sua vez é a forma de governo mais adequada aos povos orientais, e a república (compreendido assim como Maquiavel, tanto a democrática como a aristocrática) aos povos antigos. A república seria definida como, aquele em que o povo ou algumas famílias detém o poder supremo, e a “mola “que o move é caracterizada pela “virtude”, a monarquia a “honra” e o despotismo o “medo”.

A tripartição de Montesquieu foi de fundamental importância para a interpretação do curso histórico da humanidade na filosofia da história de Hegel, pela qual em uma de suas “obras juvenis, ele descreve:

“A continuidade da cultura mundial conduziu o gênero humano, após o despotismo oriental, e após a degeneração da república que havia dominado o mundo, a essa posição intermediária entre as duas precedentes” que é “o

sistema de representação” próprio “de todos os modernos Estados europeus” (HEGEL apud BOBBIO, 2015, p.194)

Hegel então considera a democracia – assim como os demais escritores políticos – um sistema do passado, e dessa forma, defendendo a monarquia constitucional como “o momento culminante do desenvolvimento histórico, Hegel – filósofo da era da restauração – fecha uma época.

Todo esse levantamento bibliográfico realizado por Bobbio torna-se útil para uma contextualização construtiva sobre o desenvolvimento do pensamento democrático antes da moderna e popular Democracia Liberal.

2.2. As origens Democracia Liberal

Um das afirmações clássicas dos autores da Democracia, seria o problema irresolúvel da impossibilidade de uma democracia em uma era de grandes Estados territoriais, acreditavam que era impossível um governo democrático em um Estado grande.

Rousseau era um dos contribuintes desse argumento, defendendo que a democracia jamais iria existir, pois exigia entre outras condições, um Estado muito pequeno, que possibilitaria a reunião do povo e o reconhecimento entre os cidadãos. Porém, para a surpresa dos críticos, surge em 1776 a primeira experiência democrática moderna: Estados Unidos da América.

De fato, a democracia americana – e seus intelectuais por trás de sua idealização – é reconhecida como um exemplo ideal de uma democracia moderna, com seus freios e contrapesos, instituídas por sua constituição religiosamente adorada por seus demais patriotas.

Os vínculos ainda de forma pouco amadurecida entre república e democracia na época, levaram James Madison a não abandonar os argumentos anteriores, assim como as críticas árdidas à democracia. Em o Federalista, ele diz: “As democracias sempre ofereceram espetáculos de turbulência e dissídios; sempre se mostraram incompatíveis com a segurança pessoal e com os direitos de propriedade; e tiveram, em geral, vidas tão breves quanto violenta foi sua morte”

Para Madison, os EUA era uma República, que consistia no fator da representatividade, na qual, há uma delegação da ação governativa a um pequeno número

de cidadãos eleitos pelo povo, e o fator de extensão, defendendo a como aplicável em grandes territórios.

Os Estados Unidos, porém, só veio a ser reconhecido como uma “democracia”, com a publicação da maior ode já escrita ao estado norte-americano: “Da democracia na América” de Alexis Tocqueville.

Tocqueville, um aristocrata francês em sua viagem aos EUA buscando estudar o sistema prisional do país, acabou criando uma série de anotações que posteriormente foram publicadas como um livro. Segundo ele, os Estados Unidos haviam resolvido o problema da liberdade democrática que a Europa apenas começava a se pôr naquela época, tudo isso defendido de uma forma extremamente romantizada

Há sessenta anos o princípio da soberania do povo, que introduzimos ontem entre nós, reina ali sem restrições. Ele é posto em prática da maneira mais direta, mais ilimitada, mais absoluta. Há sessenta anos o povo que fez dele a fonte comum de todas as suas leis cresce constantemente em população, território e riqueza; e note-se bem, além de ter sido durante esse período o mais próspero, também foi o mais estável de todos os povos da Terra. Enquanto todas as nações da Europa eram devastadas pela guerra ou despedaçadas por discórdias civis, o povo americano era o único do mundo civilizado a manter-se em paz (TOCQUEVILLE, 2019, p. 11).

Para Tocqueville a democracia direta e democracia representativa já não tinha mais nenhuma distinção em relação a esse sistema, os EUA desfrutava de uma verdadeira democracia altamente desenvolvida e evoluída, diz ele: “Ora o povo em massa faz as leis como em Atenas; ora deputados, criados pelo voto universal, representam-no e agem em seu nome sob sua vigilância quase imediata” (TOCQUEVILLE, 2019, p. 78)

A obra de Tocqueville talvez seja a primeira – mesmo que de um tom tendencioso – de caráter pró-democracia escrita, que por sua vez influenciou toda a perspectiva intelectual sobre o sistema da Democracia Representativa no mundo moderno. Porém a democracia liberal só viria a se popularizar verdadeiramente entre os estados após a Segunda Guerra Mundial.

2.3. A Recessão democrática liberal

Yoshihiro Francis Fukuyama é um filósofo e economista político bastante conhecido pela sua famosa obra “O fim da história e o último homem”, publicado em

1992, quem em resumo, apontava a teoria de que após a queda do muro de Berlim, ainda que guerras e rebeliões continuariam a existir, a História no sentido hegeliano tinha chegado ao fim, ao passo que com a consolidação das democracias liberais capitalistas acabam colocando um fim na discussão acerca de que sistema de governo seria melhor para a humanidade.

A exatidão - ou o equívoco - da teoria de Fukuyama acerca das discussões geopolíticas da época, ilustra de forma bastante contundente, o imaginário social existente na época, como as pessoas, sobretudo os intelectuais (neoliberais e conservadores), enxergavam o futuro político da humanidade, frente a grandes fenômenos que surgiam, como a globalização e a internet.

Assim como Robert D. Kaplan assinala, em “A vingança da Geografia”.

De fato, de repente nos vimos em um mundo em que o desmantelamento de uma fronteira criada pelo Homem na Alemanha conduziu às premissas de que todas as divisões humanas seriam transponíveis; de que a democracia conquistaria a África e o Oriente Médio com a mesma facilidade encontrada no Leste Europeu; de que a globalização – que não tardaria a converter-se em jargão - constituía nada mais, nada menos que em direção moral da História e um sistema de segurança internacional, e não o que era de fato, um mero estágio econômico e cultural de desenvolvimento. (KAPLAN, 2013, p.4)

Vinte e seis anos depois, Francis Fukuyama em uma entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo em 2018, acabou por afirmar que o então candidato à presidência Jair Bolsonaro, representava uma “ameaça à democracia” (MACHADO, 2018).

No mesmo ano, em um texto produzido para o instituto de pesquisa Credit Suisse, “The Rise of Populist Nationalism”, ele declara uma possível preocupação com aquilo que muitos discutiam na época: “recessão democrática”. A razão de sua preocupação seria o surgimento do que ele chama de “nacionalismo populista”, na qual ele acredita ser uma ameaça às democracias ocidentais, na qual outrora havia declarado como definitivas. Fukuyama aponta um dilema entre dois fatores, recessão ou depressão democrática:

Responder a essa pergunta não é uma questão empírica ou simples projeção de tendências. A liderança e uma variedade de fatores exógenos, como o aparecimento repentino de um conflito militar ou uma nova crise financeira, afetarão os resultados, assim como as decisões tomadas por líderes individuais. Aqui, podemos apenas fazer uma série limitada de observações para apoiar o caso de que estamos em uma recessão, e não em uma depressão em grande escala, e que o mundo não cairá em um cataclismo do estilo dos anos 1930. (FUKUYAMA, 2018).

Neste quesito existe um ponto conceitual importante para a teoria do fim da história, afirmar que viveríamos uma recessão democrática, seria como se a democracia

estivesse passando por mais uma pequena crise facilmente superada, por outro lado, o termo “depressão” sugere uma crise comparável aos eventos da primeira e segunda guerra mundial, na qual simbolizava a continuidade histórica hegeliana.

Ainda – talvez – não podemos afirmar que Francis Fukuyama estava equivocado, mas existem boas razões para acreditar na possibilidade de a democracia ruir, não por especulação futura, mas pela sua própria natureza observada na história.

Segundo John Dunn em “A história da Democracia” é possível rastrear o progresso da democracia representativa como forma de governo desde os anos 1780 até hoje, porém mesmo com o crescente avanço da "homogeneização de seus formatos institucionais” no decorrer das décadas, houve também uma acumulação de descrédito pelas diversas formas de governo contrárias que competiram contra ela:

Durante boa parte desse período, tal forma de Estado foi assumida por outros pela promessa que trazia de rechaçar ou equilibrar o poder controlado por seus inventores, ou, em vez disso, foi rejeitada em nome de formas rivais (sobretudo do comunismo ou do fascismo) que prometiam de modo mais crível serviço similar. Ao longo da maior parte do século XX, ela foi rejeitada com particular desprezo pelos grandes impérios – antigos e feridos – da Rússia e da China. No entanto, durante boa parte da primeira metade do século ela conheceu igual rejeição de Estados temporariamente mais potentes e ameaçadores, como Alemanha e Japão, com melhores perspectivas imediatas de virar o jogo em relação a seus inimigos mais arrogantes (DUNN, 2021, p. 218).

Segundo Dunn os avanços significativos da democracia foram surgir a partir de três grandes derrotas. A primeira está relacionada ao fim do poder militar dos países do eixo no fim da Segunda Guerra Mundial, e a segunda, com o colapso do império colonial ocidental ao redor do mundo, em grande parte ocorrido nas duas décadas que se seguiram. Assim o modelo imposto pelos vencedores ocidentais foi a Democracia Representativa, tanto aos seus derrotados quanto às colônias recém independentes – mesmo não atingindo os mesmos resultados nas diversas situações.

A terceira grande derrota, está associada ao fim da União Soviética, para Dunn a democracia representativa se desfez de todos os modelos rivais e tornou-se teoricamente “um índice de normalidade global”, com exceção de alguns casos, como a China.

Em um livro menos recente chamado “Ordem e decadência política”, também de Fukuyama, ele utiliza uma teoria que não só apresenta os pontos de crescimento das democracias, como também aponta intervalos do que seria a sua diminuição. Esta teoria foi obra de seu colega Samuel P. Huntington, cientista político norte-americano, bastante influente entre os conservadores. Utilizada para desenvolver uma teoria do desenvolvimento político dos Estados, as “ondas de democratização” é uma teoria um

pouco controversa entre os pensadores mais progressistas, mas ainda assim bastante oportuna para explicar o comportamento histórico da democracia ocidental.

De acordo com Samuel Huntington, houve 3 ondas de democracia no mundo, a primeira começou na década de 1820 e continuou até o século XIX, a segunda por sua vez, aconteceu imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Por último, a terceira onda teve início com as transições democráticas na Espanha e Portugal no início dos anos de 1970, que seguiu até o fim dos governos militares na Grécia e Turquia, e de uma série de países latino-americanos como Brasil, Argentina, Peru, Bolívia e Chile; passando para a Ásia com a democratização de países como Taiwan, Coreia do Sul, Filipinas, culminando com a transição dos países da União Soviética para a Democracia Liberal (FUKUYAMA, 2018, p.399).

Entre as três ondas indicadas pelo Huntington, surgiram duas ondas reversas. Huntington chegou a pensar em algumas questões que poderiam promover uma futura terceira onda reversa, como: “falhas sistêmicas dos regimes democráticos para operar efetivamente podem solapar sua legitimidade”; um “colapso econômico geral internacional”; “uma guinada para o autoritarismo dada por qualquer grande potência democrática e democratizadora”; “a automatização de vários pequenos países recém-democratizados com efeitos em outros países de uma mesma região (bola de neve reversa)”; o expansionismo político-militar de uma potência não-democrática atentando contra a soberania de países de orientação democrática; e/ou o surgimento de novas formas ou de estilos de autoritarismos(HUNTINGTON apud AVILA, 2019. p.2).

Desse modo, ao que tudo indicava para os intelectuais liberais, a terceira onda de democratização estava vigente desde seu surgimento, e teorias como a do Fim da História de Francis Fukuyama contribuem para o final feliz da Democracia Liberal. Muitas questões eram levadas em conta para assegurar essa teoria.

“Best. Decade. Ever.” foi o título de um artigo produzido pelo analista Charles Kenny na qual afirma que “os primeiros 10 anos do século 21 foram os melhores da humanidade”.

Considere que, em 1990, cerca de metade da população global vivia com menos de US \$ 1 por dia; em 2007, a proporção havia encolhido para 28% - e será menor ainda no final de 2010. Isso porque, embora a crise financeira tenha paralisado brevemente o progresso no crescimento da renda, foi apenas um soluço na implacável escalada do PIB na década. Na verdade, a renda média mundial está em seus níveis mais altos de todos os tempos, em cerca de US \$ 10.600 por ano - e aumentou até um quarto desde 2000. Cerca de 1,3 bilhão de pessoas agora vivem com mais de US \$ 10 por dia, sugerindo a expansão contínua da economia global classe média. Uma notícia ainda melhor é que o

crescimento tem sido mais rápido em lugares pobres como a África Subsaariana do que em todo o mundo (KENNY, 2010)

Durante este período as pandemias iam diminuindo e as doenças iam sendo controladas, entre 1999 e 2005, graças as vacinações, o número de crianças que morreram anualmente de sarampo caiu 60 por cento. “A proporção de crianças vacinadas contra a difteria, coqueluche e tétano em todo o mundo subiu de menos da metade para 82 por cento entre 1985 e 2008”.

Além disso, os níveis de Alfabetização aumentaram e os números de conflitos armados diminuíram. Fukuyama afirma que “entre 1970 e 2010, o número de democracias no mundo cresceu de cerca de 35 para quase 120, ou cerca de 60% dos países do mundo”. Tudo isto se desenvolveu de uma forma relativamente rápida. E de forma talvez ingênua, acreditava-se que esses números apenas iriam evoluir de forma positiva.

Corroborando com essas perspectivas progressistas o cientista político venezuelano Moisés Naím em seu best-seller intitulado, “O Fim do Poder”, defende a tese de que o poder tal como conhecemos vem se “diluindo”, alterando assim as diversas relações políticas internas e externas dos Estados e diminuindo cada vez mais as tendências autoritárias dos Estados. Segundo sua teoria, as razões pela qual o Poder vem se diluindo são três, os quais chama de “revoluções”, são elas: A revolução do mais, da mobilidade, e mentalidade (NAÍM, 2019, p.92).

A revolução do mais diz respeito ao aumento do número de habitantes no mundo, número de países, o crescimento acelerado de todos os indicadores que estão relacionados à condição humana, desde a expectativa de vida, nutrição à educação e até mesmo a economia.

Vivemos numa época de abundância. Simplesmente temos mais de tudo agora. Mais pessoas, países, cidades, partidos políticos, exércitos, mais bens e serviços, e mais companhias para vendê-los; mais armas e mais remédios; mais estudantes e mais computadores; mais pregadores e mais línguas. A produção econômica mundial aumentou cinco vezes desde 1950. A renda per capita é três vezes e meia superior à de então. Mais importante de tudo, há mais pessoas – 2 bilhões a mais do que havia a apenas duas décadas atrás. (NAIM, 2019, p.92)

Todos esses pontos relacionados à revolução do mais acabam modificando as relações de poder no mundo todo, principalmente quando constatamos que todo esse crescimento é contínuo. Se a revolução do mais em um período em que a população mundial é estimada em pouco mais de 7,5 bilhões, provoca o que o autor chama de “diluição do poder”, grandes são as mudanças que podem ocorrer quando a população alcançar os 9,7 bilhões em 2050 como estima a ONU.

A revolução da mobilidade por sua vez se refere ao aumento da mobilidade proporcionado pela globalização, a mobilidade do capital, dos indivíduos, das informações e das mercadorias, “tudo” se move cada vez mais rápido.

A globalização aqui acaba se tornando uma grande protagonista. Nas últimas décadas houve um aumento de 41% no número de migrantes na Europa e de 80% na América do Norte (Ibidem, p. 99). Em 1990, as exportações e importações totais do mundo chegavam a 39% da economia global; em 2010, já eram 56%. O volume de investimentos estrangeiros cresceu de 6,5% em 1980 para 30% em 2010, ao passo que o volume de circulação de moedas entre os países por dia cresceu sete vezes entre 1955 e 2010. (Ibidem, p. 103)

Sem esquecer da mobilidade de informações, em 2010 as assinaturas de telefonia celular superaram a marca de 6 bilhões, segundo a União Internacional de Telecomunicações, ao passo que o número de usuários de internet cresceu de 0,1% em 1990 para 30% da população mundial em 2010.

A internet, assim como é o fator potencializador da globalização, também se torna protagonista na revolução da mobilidade. O grande nível de compartilhamento de informações no mundo todo acaba dinamizando as relações sociais e sobretudo as de poder.

E por último, a revolução da mentalidade defende que cada vez mais as pessoas estão criando uma consciência subjetiva, quebrando tabus e aumentando suas insatisfações políticas, lutando por liberdade ao mesmo tempo que reclama por melhor poder de consumo.

O Naím utiliza um ótimo exemplo para melhor refletir essa revolução, as de divórcio do Golfo Pérsico. O que antes era um “anátoma” em muitas sociedades, principalmente as tradicionais, hoje é considerado mais comum em toda parte do mundo, até mesmo nos estados mais conservadores do Golfo Pérsico, na qual as taxas de divórcio vêm crescendo bastante, atingindo 20% na Arábia Saudita, 26% nos Emirados Árabes e 37% no Kuwait, segundo um estudo conduzido em 2010 (Ibidem, p.108).

Além disso existe também uma crescente mudança de mentalidade e de atitude em relação ao poder e à autoridade. Em uma pesquisa feita pelo Conselho de Inteligência dos Estados Unidos, hoje em dia, mais de oitenta países possuem uma população com a idade média de 25 anos ou menos, por sua vez desde 1970, cerca de 80% de todos os conflitos armados civis e étnicos são originários de estados com populações jovens.

A revolução da Mentalidade abrange profundas mudanças de valores, padrões e normas. Ela reflete a crescente importância atribuída à transparência, aos direitos de propriedade e à equidade, seja no tratamento dado às mulheres na sociedade, às minorias étnicas e de outro tipo (homossexuais, por exemplo) até aos dispensados e acionistas minoritários das corporações. (...) Essas mudanças de mentalidade têm sido impulsionadas por mudanças demográficas e reformas políticas, pela expansão da democracia e da prosperidade, por dramáticos aumentos na alfabetização e no acesso à educação – e pela explosão nas comunicações e nas mídias. (Ibidem, p. 112)

Essas revoluções que se manifestam fortemente nos espaços políticos no mundo todo, são como motores para a dinâmica política, elas são extremamente visíveis, e atacam as relações de poder que por sua vez estão interligadas fortemente a todas as dimensões políticas, principalmente a Democracia.

Naim escreveu seu livro em 2014, para ele, desde o início do século, onde as ações dessas revoluções começaram, o mundo como um todo vêm dando passos grandes em direção a democracia, com o aumento da força política de movimentos sociais no mundo todo, cada vez mais países se tornam democracias, além do aumento também de incidências de manifestações em diversos países – vide a Primavera Árabe, e as manifestações de junho de 2013 no Brasil.

Não se dando ao luxo de que sua teoria pareça um tanto quanto ilusória, Moisés Naim foge da generalização ao passo que esclarece o fato de que obviamente as guerras, ditaduras e as práticas de *Hard Power* entre os países continuaram existindo. Em algumas situações, essas revoluções podem ter piorado ainda mais as situações despóticas de algumas nações. É evidente que o desenvolvimento da tecnologia bem como difusão do capital, provocaram não só a ampla gama de formas e alternativas de dominação e violência, como também promoveu a desigualdade e a precariedade social que são altamente visíveis, os atuais conflitos no interior da África, a Guerra da Síria, bem como a crise dos refugiados são exemplos adequados.

O que as teorias do Huntington, Fukuyama e Naim sugerem, é que a democracia estaria em seu auge, porém, o que outros autores atuais (também liberais) sugerem é que, em pouco menos de 10 anos, nos deparamos com uma crise democrática mundial.

No entanto, em 2015 um artigo foi publicado em uma revista chamada *Journal of Democracy*, na qual tinha como pretensão, apresentar evidências contrárias. No artigo intitulado *Facing Up to the Democratic Recession*, Larry Diamond, apresenta indícios de que a terceira onda estava começando a se deteriorar, e esses indícios vinham se confirmando desde 2006:

E então, por volta de 2006, a expansão da liberdade e da democracia no mundo parou por muito tempo. Desde 2006, não houve expansão líquida no número de democracias eleitorais, que oscilou entre 114 e 119 (cerca de 60% dos estados do mundo). (...) o número de democracias eleitorais e liberais começou a declinar depois de 2006 e depois se estabilizou. Desde 2006, o nível médio de liberdade no mundo também se deteriorou ligeiramente, estabilizando em cerca de 3,30 (DAYMOND, 2015, p. 142).

Mais tarde, em 2018, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, ambos professores de ciências políticas na universidade de Harvard, lançam o *best-seller* intitulado “Como as Democracias Morrem”. No mesmo ano outro professor de política, dessa vez da universidade de Cambridge, chamado David Runciman publica sua obra, “Como a Democracia chega ao Fim”. Em 2019 por sua vez, o alemão Yascha Mounk, hoje professor da Universidade Johns Hopkins, também publicou um livro com o tema bastante próximo dos anteriores, “O povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la”. Em 2020 outros dois livros também se popularizaram, o “Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal” dos professores, Roger Eatwell e Matthew Goodwin, e também o livro, “O crepúsculo da democracia: Como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política”, da jornalista ganhadora do prêmio *Pulitzer*, Anne Applebaum.

Estas são apenas algumas das diversas obras que compartilham do mesmo debate nos últimos anos, incluindo artigos, colunas etc. Ao menos nesses cinco títulos listados acima, este debate possui um ponto de início em comum: A chegada de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos

É possível sentir um pouco das sensações de medo compartilhadas por ambos os autores quando descrevem suas percepções deste evento. David Runciman inicia seu primeiro capítulo narrando o discurso de posse de Donald Trump.

Quando Trump começou a discursar, os risos foram morrendo. Na tela grande, que tinha como pano de fundo colunas e bandeiras estadunidenses ao vento, o efeito era estranho e desagradável. Ficamos com medo. O modo de falar de Trump, parecendo que latia, somado a seus gestos expressivamente crus — cortando o ar com seus dedos gorduchos, erguendo um punho cerrado no clímax de sua fala —, fez com que a mesma ideia ocorresse a muitos de nós: o que vemos é uma versão caricatural do fascismo. A semelhança com uma cena de um dos filmes de Batman — em que o Coringa discursa para os cidadãos aterrorizados de Gotham — era tão grande que chegava a parecer um clichê. O que não anula a analogia. Os clichês são aonde a verdade vai para morrer (RUNCIMAN, 2018, p. 17).

Para Runciman e todos os outros autores, as características de Donald Trump assim como seu *modus operandi* apresentado em sua jornada eleitoral, apresentava todos os indícios de que ele era um grande risco para a democracia dos Estados Unidos.

Trump possuía inúmeras tendências ao autoritarismo. Através de uma rígida pesquisa sobre a história de diversas autocracias no mundo, Levitsky e Ziblatt chegaram a listar quatro indicadores do comportamento autoritário: 1. Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas); 2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos; 3. Tolerância ou engajamento à violência; 4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. Segundo os autores, Trump cumpria com todos os indicadores.

Ao contrário de Runciman, Levitsky e Ziblatt apoiaram sua obra na forma como os autoritários modernos que surgem em democracias liberais, simplesmente chegam ao poder democraticamente (através das eleições), uma vez no comando, tendem a subverter todos os freios e contrapesos existentes nas constituições, até que consigam instaurar seu governo autoritário sem necessariamente romper com a legitimidade democrática. Dos vários exemplos citados pelos os autores, talvez o melhor e mais nítido seja o presidente russo Vladimir Putin, que está no poder a mais de 20 anos, com inúmeras denúncias de fraudes eleitorais e cada vez mais apresentando tendências a restrição de liberdades, além do agravamento de uma política fascista e imperialista.

Ao que Levitsky e Ziblatt debatem em essência, é o potencial de Trump para executar as técnicas autoritárias modernas na então invencível e admirada democracia dos Estados Unidos da América.

O que Mounk e Runciman debatem por outro lado, é possível recessão democrática ocasionada no âmbito geopolítico. Runciman aponta para o fato de que a democracia ocidental no geral vem enfraquecendo e perdendo sua eficácia, democracia não é mais sinônimo de desenvolvimento político como era constatado pelos demais intelectuais neoliberais pós-guerra fria, com isso é cada vez mais forte a procura de outros modelos que supram as necessidades econômicas dos Estados, uma das possibilidades é o modelo Chinês.

A obra consiste em diversas denúncias ao crescimento de tecnocratas no cenário norte-americano que estão cada vez mais influenciando a política internacional, como Mark Zuckerberg, com seu império que promove a atual “revolução digital” que vem solapando democracias no mundo todo, proporcionando os surgimentos de movimentos radicais e produzindo polarização nas sociedades democráticas.

Mounk aponta para três pontos que estão afetando as democracias ocidentais: 1. As mídias sociais; 2. Estagnação econômica; 3. Identidade. Tanto a primeira quanto a segunda compartilham das considerações anteriores apontadas por Runciman. A terceira, porém, apresenta uma perspectiva inédita. O autor afirma que as democracias em seus processos de amadurecimento de igualdade de direitos estão passando por um eventual conflito de aceitação à diversidade. Este ponto pode ser observado com o aumento do índice de xenofobia na Europa, o surgimento de grupos neonazistas e fascistas, o crescimento de grupos supremacistas, entre outros movimentos ultraconservadores.

Ainda no caminho internacional da recessão democrática, Eatwell e Giidwin descrevem o fortalecimento do que intitulam como Nacional-populismo. O foco da obra se diferencia das demais na medida que se pretende focar na análise e definição sobre populismo e nacional-populismo, enfatizando as suas raízes socioculturais, apresentando as características que cada expressão populista tem em cada um dos países em que se observa. São listados no livro personagens como: Donald Trump nos Estados Unidos, Marine Le Pen na França, Matteo Salvini na Itália, Victor Orban na Hungria e Jair Bolsonaro no Brasil. Para eles, o nacional-populismo não é um produto da crise política, nem o resultado da recessão democrática, muito embora tenha sido fortalecido a partir dela.

Anne Applebaum por fim, apresenta um estudo bastante conciso. Assim como nos outros livros citados, apresenta reflexões a trajetória demagogos como Donald Trump, Viktor Orbán e Andrzej Duda na deslegitimação “por dentro” das instituições democráticas; discorre sobre os discursos e seus seguidores na busca de “bodes expiatórios” para a crise, sejam eles pertencentes à “elite” ou os imigrantes; reflexões sobre a captura de valores e sentimentos como ressentimento e a nostalgia, por estes sujeitos nas disputas pelo poder; e principalmente, o papel das redes sociais para a disseminação de teorias da conspiração e de fake News, além dos ataques realizados através destes meios à mídia tradicional, ao Legislativo e ao Judiciário.

De uma forma ou de outra, o que conhecemos como Democracia Liberal está em crise, ou melhor, está passando por uma de suas crises cíclicas. Se analisarmos o padrão das tendências a crises, tal qual observada na teoria de Huntington, podemos afirmar que, assim como o capitalismo, as Democracias Liberais são sistemas propensos a crises.

2.4. A Democracia odiada e outras críticas das visões Liberais

Jacques Ranciere (2014) apresenta em sua obra intitulada “O ódio à democracia”, desenvolve uma rígida crítica sobre a Democracia Liberal ao mesmo tempo que apresenta uma proposta conceitual extremamente substancial e coerente.

Expondo alguns acontecimentos repercutidos na França relacionados a movimentos políticos e sociais em busca de direitos, Ranciere percebe que esses fenômenos foram criticados como uma espécie de um mal ocasionado pela democracia na sociedade moderna. Neste ódio à democracia, existe um discurso duplo que o critica à medida que ela “corrompe a sociedade moderna”, todavia, é aprovada quando serve para mobilizar os “indivíduos aptos da sociedade democrática para a energia em defesa dos valores da civilização”. Logo se deduz que os disseminadores desse ódio desprezam e defendem a democracia de acordo com as características que lhes são convenientes. “Só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática”. Neste caso sendo um governo do excesso, deve ser continuamente reprimido.

E é observável que durante a história, a percepção que a humanidade tem da democracia está voltada a uma forma de valores globais e absolutos defendidos por uma ordem política específica, e acabou se difundindo entre as sociedades, ao mesmo tempo que foram atribuídos por outras sociedades. Essa democracia, imposta de forma imperialista, não corresponde ao que a democracia é de fato, afinal, “a democracia é o governo do povo por ele mesmo, e portanto, não pode ser trazida de fora pela força das armas”. A democracia que foi erguida no Oriente Médio, também recebeu a bagunça daquele que a ergueu.

Um ponto brutal levantado por Ranciere é um estudo feito por um Israelense demonstrando que a situação atual da Europa democrática só foi possível através do genocídio nazista aos judeus.

Dentre o discurso duplo, onde um lado está baseado na crítica aos governos democráticos, Ranciere resgata uma série de ataques à democracia, baseadas na comparação ao totalitarismo, julgando a democracia como sendo uma espécie de ditadura ao avesso. Assim, “as propriedades que eram atribuídas ao totalitarismo, concebido como um Estado que devorava a sociedade, tornaram-se simplesmente as propriedades da democracia, concebida como uma sociedade que devora o Estado”.

Se por um lado a democracia é uma espécie de governo da multidão que consome a o estado, logo todos os seus problemas se tornam culpa da sociedade, e a sociedade moderna como é comentada por alguns autores, é uma sociedade consumista e individualista. A Democracia se torna assim o reino dos consumidores ávidos e do

excesso, ou como ele supõe no início do livro, “o reino dos desejos ilimitados dos indivíduos da sociedade de massa moderna”. Dessa forma as pessoas numa democracia tendem a defender as ideias não de forma coletiva, mas individual e de interesse próprio. Algumas outras críticas são mostradas no livro, para assim deduzimos que esse ódio à democracia não está voltado ao sistema democrático em si, mas ao movimento social, que por sinal além de ser o alvo de todo esse ódio, é ao mesmo tempo, essência verdadeira dessa democracia.

De fato, como Ranciere afirma, “É óbvio que o ódio a democracia não é novidade”, e buscando suas origens em Platão pode-se observar que a Democracia na verdade, foi utilizada como um insulto na Grécia antiga para criticar um possível desmoronamento de uma ordem de governo considerada legítima. Para que haja uma ordem social, ou bem comum, é necessária uma espécie de pastor designado por uma ordem divina, estabelecendo uma hierarquia de cima para baixo, essa ordem é conhecida como “ordem de filiação humana”, isso quer dizer que as únicas pessoas aptas a governar, são aquelas que teriam o privilégio da condição de nascimento, “os bem nascidos”, que possuíam status privilegiado na sociedade. Outra vertente dessa ordem está relacionada ao direito de governar aos que possuem riqueza. As duas condições, o nascimento e a riqueza também eram somados a Força e o Conhecimento. E é pela ordem de filiação humana que os governos se constituem. A democracia por outro lado, passa por um caminho diferente, a democracia é uma espécie de “invasão” nessa esfera privada por aqueles que não teriam nenhum direito de filiação, aqueles que não teriam títulos ou competência, os subalternos, marginalizados, pessoas comuns. A democracia é a inserção desses indivíduos fazendo valer suas exceções, suas ideias, sua voz, e assim surge a gênese do conceito da democracia.

A democracia seria assim uma conquista, uma luta, uma forma de fazer uma crítica a esse domínio de cidadãos que determinam, de forma política, econômica e cultural, o que viria ser aquela sociedade. A democracia, não se trata de uma forma de governo constitucional que resguarda os direitos fundamentais, e fornece o sufrágio universal. O estado democrático de direito nada mais é que um Estado Oligárquico de Direito, que resguarda toda essa ordem de filiação do nascimento e da riqueza, porém de forma camuflada:

Não vivemos em democracias. Tampouco vivemos em campos, como garantem certos autores que nos veem submetidos à lei de exceção do governo

biopolítico. Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais (RANCIERE, 2014, n.p).

As ideias do Estado Democrático de Direito, tais como a ideia da representatividade, são formas de legitimar a ordem de filiação existente, podendo afirmar que “a sociedade democrática é apenas uma pintura fantasiosa”.

A ideia de Democracia apresentada por Ranciere pode ser comparada a uma espécie de movimento presente nos Estados Oligárquicos, um escândalo com o interesse de reivindicar um espaço que é intensamente privatizada por elementos contrários a essa luta. Como Ranciere afirma:

Existe uma esfera pública que é uma esfera de encontro e conflito entre as duas lógicas opostas da polícia e da política, do governo natural das competências sociais e do governo de qualquer um. A prática espontânea de todo governo tende a estreitar essa esfera pública, a transformá-la em assunto privado seu e, para isso, a repelir para a vida privada as intervenções e os lugares de intervenção dos atores não estatais. Assim, a democracia, longe de ser a forma de vida dos indivíduos empenhados em sua felicidade privada, é o processo de luta contra essa privatização, o processo de ampliação dessa esfera (RANCIERE, 2014, n.p).

Em síntese podemos dizer que os sistemas de governos intitulados de democracia, são na verdade oligarquias que constantemente procuram se estabelecer no poder de acordo com a ordem de filiação, que de forma escancarada passa por cima dos próprios valores resguardados constitucionalmente, regras como mandatos eleitorais curtos, não acumuláveis, não renováveis; monopólio dos representantes do povo sobre a elaboração das leis; proibição de que funcionários do Estado representem o povo; redução ao mínimo de campanhas e gastos com campanha e controle da ingerência das potências econômicas nos processos eleitorais. Essas regras são o que fazem um governo poder ser considerado uma democracia, porém:

o que chamamos democracia é um funcionamento estatal e governamental que é o exato contrário: eleitos eternos, que acumulam ou alternam funções municipais, estaduais, legislativas ou ministeriais, e veem a população como o elo fundamental da representação dos interesses locais; governos que fazem eles mesmos as leis; representantes do povo maciçamente formados em certa escola de administração; ministros ou assessores de ministros realocados em empresas públicas ou semi públicas; partidos financiados por fraudes nos contratos públicos; empresários investindo uma quantidade colossal de dinheiro em busca de um mandato; donos de impérios midiáticos privados

apoderando-se do império das mídias públicas por meio de suas funções públicas. Em resumo: apropriação da coisa pública por uma sólida aliança entre a oligarquia estatal e a econômica (RANCIERE, 2014, n.p)

Esse sistema consiste em dar a minoria mais forte o poder de governar, e mesmo que esse sistema conceda certos direitos a esfera pública, essas liberdades não podem ser consideradas dádivas oligárquicas, pois foram na verdade, reivindicados pela a ação democrática, e sua efetividade é garantida apenas pela continuidade dessa ação. Os “direitos do homem e do cidadão” são os direitos daqueles que os tornam reais.

O ódio à democracia que surge atualmente, onde foi destacado no início, se rebela justamente a esses que tentam tornar reais a democracia. Diferente de todos os autores influenciados pelo pensamento mais liberal, Ranciere conseguiu detectar as agressões que a democracia vinha tendo, desde o início século XXI na qual publicou sua obra em 2005.

A obra de Ranciere nos ajuda a perceber que as discussões das crises atuais da democracia liberal, que por sua vez se constituem como um sistema de legitimação da elite, não conseguem capturar a verdadeira essência do que está sendo posto em jogo: o ataque aos grupos não pertencentes da “ordem de filiação humana” e principalmente no crescente movimento de impedimento destes grupos na tentativa de poderem expressar politicamente.

3. O CIBERESPAÇO

A obra “Cibercultura” de Pierre Lévy é um estudo imensamente importante para o seu tempo. Em 1997 quando foi publicada a primeira edição do livro, a internet já tinha se consolidado e produzido frutos. Lévy foi um dos primeiros estudiosos a discutir o que na sua época era considerado a “terceira Bomba do século XX”, e sua obra foi oportuna não apenas para estudar esse novo fenômeno, como para defender essa novidade das intensas perseguições sofridas em sua chegada.

As perseguições que o ciberespaço sofreu em seu nascimento, e que ainda hoje continua sofrendo, mesmo que reduzida, são comparadas pelo autor com as perseguições que o rock dos anos 50 e 60 sofrera, e também com as acusações de algumas elites artísticas sobre a novidade do cinema, assim como cineastas julgavam como barbárie o advento dos videogames. Em suma, qualquer novidade forte o bastante para abalar um determinado establishment já possuem bastantes motivos para serem criticados por uma determinada elite que se sente ameaçada pelo novo. Como o próprio Pierre Lévy defende, os que se opõem a internet “são aqueles cujas posições de poder, os privilégios (sobretudo os privilégios culturais) e os monopólios encontram-se ameaçados pela emergência dessa nova configuração de comunicação” (LÉVY, 2010, p.11).

E é bastante notável o tom de entusiasmo da obra assim como ela descreve os debates da época que viam a internet como uma novidade espetacular e revolucionária, sentimento este que não possuímos nos dias de hoje. A internet para as novas gerações já parece tão banal quanto a televisão, e de forma bem inocente, podem não conceber ambas de forma distinta, com o surgimento das smart TV ‘s aquela que até então era considerada uma tecnologia condenada ao retrocesso, conseguiu se inovar e adequar-se ao novo cenário. Pierre Lévy não presenciou o surgimento dos aparelhos "smart 's" assim como não presenciou o surgimento de várias outras tecnologias que acompanham o crescimento da internet, suas observações são de instrumentos arcaicos da internet, instrumentos estes inovadores em sua época, porém, não tão incríveis na nossa. Mesmo assim, o trabalho de Pierre ainda se faz relevante, ao passo que suas observações são como profecias de um futuro já presente.

Lévy se considerava um otimista, e logo na primeira página define que a pretensão do livro é “pensar a cibercultura” reconhecendo dois fatos: 1) o crescimento do ciberespaço é resultado do movimento internacional de uma juventude ansiosa por experimentar, de forma coletiva formas de comunicação diferentes das que são propostas

pelas mídias tradicionais; 2) “Estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômicos, políticos cultural e humano” (Ibidem, p. 11).

As duas considerações demonstram um pouco desse entusiasmo relacionado à novidade da internet. O que Einstein chamou de bomba das telecomunicações, Roy Ascott, amigo de Pierre Lévy e um dos principais teóricos da arte em rede, chamou de “segundo dilúvio”.

A analogia com o dilúvio pode parecer exagerada para alguns críticos, porém deve-se considerar a própria descrição do autor:

As telecomunicações geram esse novo dilúvio por conta da natureza exponencial, explosiva e caótica de seu crescimento. A quantidade bruta de dados disponíveis se multiplica e se acelera. A densidade dos links entre as informações aumenta vertiginosamente nos bancos de dados, nos hipertextos e nas redes. Os contatos transversais entre os indivíduos proliferam de forma anárquica. É o transbordamento caótico das informações, a inundação de dados, as águas tumultuosas e os turbilhões da comunicação, a cacofonia e o psitacismo ensurdecedor das mídias, a guerra das imagens, as propagandas e as contra propagandas, a confusão dos espíritos (Ibidem, p. 13).

É dentro deste mar de informação, que se desenvolveu o chamado ciberespaço, em sua conceituação mais básica, Pierre Lévy o define como “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”. Este espaço formado pela comunicação massiva de informação produzido pela internet, assim como a participação dos seres humanos que navegam e ao mesmo tempo se alimenta desse universo produzem a Cibercultura, que é “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento”.

O ciberespaço adota três princípios que impulsionaram e continuam impulsionando seu crescimento: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva.

A interconexão é a essência da cibercultura, “para a cibercultura, a conexão é sempre preferível ao isolamento. A conexão é um bem em si”. A comunicação universal, isto é, o horizonte técnico do movimento da cibercultura, promoveram uma mutação física da comunicação, de uma percepção de canais e de redes para uma sensação de um espaço envolvente, apontando para uma “civilização de telepresença generalizada”. A interconexão, que supera as barreiras geográficas, possibilitando o contato de informações entre vários indivíduos a uma velocidade de um dígito acaba gerando por sua vez o segundo princípio.

Uma comunidade virtual, trata-se de um grupo de indivíduos que compartilham pontos de interesse em comum na qual é construída e vivenciada através da interconexão gerada pelo ciberespaço. Essas comunidades são construídas sobre as “afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independente das proximidades geográficas e das filiações institucionais” (Ibidem, p. 130).

É válido considerar que as comunidades virtuais não são um produto que se move apenas no ambiente *on-line*, como diz Lévy:

Para aqueles que não praticaram, esclarecemos que, longe de serem frias, as relações on-line não excluem as emoções fortes. Além disso, nem a responsabilidade individual nem a opinião pública e seu julgamento desaparecem no ciberespaço. Enfim, é raro que a comunicação por meio de redes de computadores substitua pura e simplesmente os encontros físicos: na maior parte do tempo, é um complemento ou um adicional (Ibidem, p. 130).

Essas comunidades, como quaisquer outras, produzem determinadas regras – não escritas – que regem suas relações. Além de um ambiente que se possa identificar um conjunto de regras morais, também é possível observar conflitos, ao mesmo tempo, afinidades e alianças, manipulações e enganações.

Os dois princípios anteriores se manifestam por fim no produto chamado “inteligência coletiva”. Assim assinala Lévy, “Um grupo humano qualquer só se interessa em constituir-se como comunidade virtual para aproximar-se do ideal do coletivo inteligente, mais imaginativo, mais rápido, mais capaz de aprender e de inventar do que um coletivo inteligentemente gerenciado.

A inteligência coletiva é a finalidade última do ciberespaço, encabeçado pelos seus principais engenheiros, desde Tim Berners Lee (inventor do World Wide Web, o famoso “www”) a Nelson (inventor da palavra e conceito de “hipertexto”).

Pierre Lévy não oferece uma grande exploração conceitual deste princípio, mas afirma que a inteligência coletiva constitui muita mais como um campo de problemas do que de soluções. A produção de um conteúdo massivo e colaborativo de informações sendo geradas e armazenadas a cada segundo produziram e ainda produz extremo impacto no desenvolvimento humano, este efeito alcançado por sua vez, pode ser considerado uma faca de dois gumes.

Pierre Lévy publica seu livro *Cibercultura* em 1999, dada as condições atuais, não seria mais possível conceituar o ciberespaço como algo novo, além disso, podemos

considerar que Lévi talvez nunca imaginaria a evolução que a internet obteve nos últimos 22 anos.

Sendo assim torna-se necessária a busca por um conceito mais atual, considerando todas as novas funcionalidades e problemas que se podem constatar.

Discutir sobre o Ciberespaço se fazia necessário, e ainda se faz, principalmente pelo fato de que a o ciberespaço juntamente com as novas tecnologias, continuam gerando inovações que contribuem na dinâmica não só próprio ciberespaço como também do espaço geográfico, as inovações a internet assim, se mostra contínuo e até então sem limites, e a melhor forma de discutir as possibilidades futuras, é entendendo com Lévi discutiu as do presente em sua época.

Todavia, propomos que antes da tentativa um pouco antecipada do que compreendemos por ciberespaço, é necessário primeiro analisar de forma substancial e delimitada, as características e funcionalidades que este espaço desenvolveu nos últimos anos, e como ele atualmente se manifesta.

3.1. A internet como técnica

A Técnica é um dos termos centrais para entender a perspectiva de cibercultura de Pierre Lévy.

Um dos diversos títulos populares atribuídos ao Milton Santos, é o de “Filósofo das Técnicas”, em sua obra, *A natureza do espaço* ele se propõe a discutir o espaço geográfico como um conjunto intrínseco de sistemas de objetos e ações produzidos através da “técnica” (SANTOS, 2006, p.39). Para Santos, é dado como estabelecido que, a principal forma de relação entre o homem e a natureza é cedida pela técnica, que por sua vez, consiste em “conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. (SANTOS, 2006, p. 16)

A técnica passa a ser um dos principais instrumentos para produção e transformação do espaço geográfico e é através da evolução das técnicas que se baseia a evolução do homem na história. Da descoberta do fogo, a invenção da roda, a criação da prensa e da máquina a vapor, do rádio até chegar na internet (e ainda mais além), as técnicas desempenham um papel protagonista na evolução civilizacional da humanidade.

Em determinados momentos da história, as técnicas conseguem revolucionar de forma sociocultural as relações do homem e o espaço tal como a prensa de Gutenberg foi

um agente “condicionante” para a crise da Reforma protestante. E o termo “condicionante” é especialmente importante para Pierre Lévy.

A ideia de que a internet impactou ou ainda produz um impacto nas relações sociais é extremamente criticada por Pierre Lévy, a associação da tecnologia com projéteis de (pedras, mísseis) e da humanidade como alvos vivos, soa para o autor um tanto quanto hostil, ou como o próprio define, uma “metáfora bélica”, que por sua vez é associada a qualquer dos fenômenos tecnológicos na história da humanidade, propor uma leitura alternativa se torna objetivo do autor no início de seu trabalho.

Técnica, cultura e sociedade são três entidades que só podem ser concebidas de maneira distinta sob a forma conceitual. Compreender as novas dinâmicas causadas pelos fenômenos através do termo “impacto”, pressupõe a técnica como um ator autônomo, distinto da sociedade e da cultura que por sua vez, são colocados como entidades passivas diante do agente exterior. Assim as atividades humanas compreendem, sem distinção, interações entre: pessoas vivas e pensantes; entidades naturais, materiais e artificiais; e ideias e representações. “É impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio dos quais ele atribuiu sentido à vida e ao mundo”.

Se prosseguindo a perspectiva de uma sociedade de carácter passivo em relação a manifestação das técnicas, há de se deduzir que a mesma é um fator determinante da sociedade e da cultura.

Porém a técnica na visão de Pierre Lévy, é produzida dentro de uma cultura, e a sociedade em si não é “determinada” pela mesma, mas sim, “condicionada”, daí vem a questão da relação da Prensa de Guttenberg e a Reforma protestante, ela não determinou o fenômeno histórico, apenas foi um agente condicionante.

3.2. Ciberpolítica

A internet é um produto da política para fazer política. Foi criada no auge da Guerra Fria pelos EUA com propósitos militares – portanto político –, como um instrumento militar para o compartilhamento de informações invulnerável à interceptação de outros países. A ARPA – Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (Advanced Research Projects Agency – ARPA) –, foi o coordenador do desenvolvimento do sistema denominado assim, ARPAnet.

A ARPAnet tinha como objetivo principal, proporcionar uma rede de comunicação independente, onde os dispositivos tivessem um alto grau de independência, na qual pudessem se gerir por si só, sem a necessidade de uma fonte central, uma rede com pontos de conexões equivalentes e autônomos que pudessem, em um eventual bombardeio da ex-URSS, em qualquer ponto da rede norte-americana, a conexão não fosse comprometida.

Essa rede de computadores logo se tornou um recurso extremamente importante para o Departamento de Defesa norte-americano. O sistema entrou em funcionamento em 1969, e em 1983 o projeto foi dividido em duas vertentes: a ARPAnet, dedicada a fins científicos, e a MILnet, orientada para o uso militar. A primeira tentativa de expandir o uso da internet foi em 1980, quando a tecnologia desenvolvida pela ARPAnet passou a ser socializada e utilizada por pesquisadores acadêmicos das universidades americanas, com o intuito de proporcionar a troca de informações e conhecimentos, o que passou a se formar uma “interface amigável”. Porém a ARPAnet encerrou seus serviços em 1990, sendo sucedida pela National Science Foundation – NSFNET assumiu o desenvolvimento da rede.

Em 1995, o governo dos Estados Unidos privatizou a rede, por influência de grandes pressões comerciais. Seu controle foi outorgado a uma instituição sem fins lucrativos, denominada Internet Society. Com o passar do tempo, foram surgindo inúmeros provedores de acesso que disseminaram a tecnologia para o restante do mundo.

Em 1993 o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, citou pela primeira vez a expressão “sociedade da informação”, no Conselho da Europa em Copenhague. O termo foi usado para definir o crescente uso da tecnologia da informação na economia, na melhoria da prestação de serviços públicos e no incremento da qualidade de vida dos cidadãos.

Não é exagerado dizer que a internet proporcionou uma oportunidade histórica de realização dos direitos de cidadania, especialmente das liberdades tanto de informação quanto de expressão. Essas possibilidades permitem os cidadãos desfrutarem de uma plenitude quase que anárquica de direitos e liberdades.

Castells (2010 apud ISPER, 2020, p. 28) defendia que as tecnologias da informação deveriam ser usadas para o fortalecimento das democracias, ampliando a participação dos cidadãos dos recursos públicos. Ao passo que o povo é – ou ao menos deveria ser – o soberano, a fiscalização dos bens públicos pelos cidadãos constituía um direito genuinamente democrático, garantindo o princípio da transparência.

Para além do potencial positivo da facilitação da fiscalização pública das Democracias Liberais, um dos principais feitos da internet, foi o que podemos chamar de “democratização da informação”.

Hoje, diferente de um passado não tão remoto, no qual quem controlava os meios de comunicação eram os jornalistas, os cidadãos são os próprios agentes das comunidades virtuais de toda a espécie e são eles quem decidem o que publicar na rede. Todos fazemos comunicação. “O resultado é o desabrochar da diversidade, assim como da liberdade de tom, que atinge quem explora a rede com seriedade” (ISPER, 2020, p. 54)

Esse fenômeno é reconhecido para Acram Isper Jr. como o ato de “libertar a palavra”, na qual considera “uma das primeiras dimensões da revolução ciberdemocrática” (Ibidem, p. 55).

Pierre Lévy em seu livro “O que é virtual?”, afirma que a na perspectiva da ciberdemocracia, o principal efeito da internet é contribuir para o enfraquecimento das ditaduras, e que mesmo que alguns tentem resistir, “às ditaduras cairão ao ritmo da expansão da cibercultura” (LÉVY apud ISPER, 2020, p.56).

Para mais além, o ciberespaço propiciou um ambiente ávido de debate político, Isper Jr. aponta que “a possibilidade de a internet conduzir a novas formas de compromisso, engajamento cívico e democracia direta, com um potencial vasto para alcançar especificamente os jovens, cidadãos isolados e as minorias sociais” além disso, a transmissão de dados possibilita “o envio de mensagens diretamente para políticos, reduzindo barreiras para a participação política e, ampliando oportunidades para o debate e a deliberação política”.

Outro ponto altamente emblemático da utilização das redes sociais para fins políticos, é o constante crescimento do ativismo digital. Ativistas das diversas causas estão utilizando a internet para fins políticos influenciando atores institucionais e individuais, utilizam as mais diversas plataformas para fazer campanhas e promoverem suas causas.

O ciberespaço permite de forma bastante eficiente a atuação de movimentos sociais, já que permite a divulgação de conteúdo de forma livre:

O ciberativismo refere-se a práticas sociais associativas de utilização da Internet por movimentos politicamente motivados, com o intuito de alcançar suas novas e tradicionais metas. Grupos como Eletronc Disturbance Theatre ou Critical Art Ensemble, por exemplo, fazem protestos pelas redes (ataques DoS, desfigurações, etc) contra a globalização, contra os transgênicos, etc. O principal objetivo, como de todo ciberativismo, é difundir informações e reivindicações sem mediação, e organizar ações independentes e livres (LEMOS apud ISPER, 2020, p. 66).

O caminho para explorar todas as possibilidades da utilização do ciberespaço na política é gigante. Inúmeras são as experiências na qual a internet influenciou a política, tanto no Brasil quanto em qualquer outro país. Talvez o primeiro acontecimento político mobilizado pelas redes sociais na internet, foi o que ficou conhecido como “Primavera Árabe”.

A Primavera Árabe surgiu em janeiro de 2011, resultado de uma indignação popular com um vídeo viralizado no facebook, de um vendedor de rua tunisiano se auto imolando. Mohamed Bouazizi teve sua carroça de produtos confiscada pela polícia em várias ocasiões, e quando manifestou sua indignação, foi esbofeteado e insultado pelos policiais. Com sua dignidade fundamental negada, Bouazizi despejou gasolina em seu próprio corpo e ateou fogo. As notícias logo se espalharam, de uma forma avassaladora.

A Primavera Árabe logo se espalhou para todo o Norte da África formando um grande cinturão democrático que foi capaz de derrubar três chefes de Estado, e forçar inúmeras mudanças nos Estados do norte da África.

Obviamente estas manifestações populares foram impulsionadas através da internet. O Ciberespaço hoje em dia é o principal, ou talvez o único canal de comunicação que possibilita a articulação e mobilização das massas.

Porém, onze anos depois da primavera árabe, não parece de forma alguma que os países envolvidos no movimento estejam nem perto de se chamarem de democracias. No Egito, por exemplo, a Irmandade Muçulmana foi eleita e assegurou o poder por um ano, até os militares retiraram do poder o presidente Mohamed Morsi, no verão de 2013. Logo após o golpe, o comandante-geral das Forças Armadas do Egito, Abdel Fattah al-Sisi, anunciou através das mídias tradicionais a suspensão temporária da constituição e que Adly Mansour, presidente do Supremo Tribunal Constitucional, assumiria a presidência até que um novo presidente fosse eleito.

Em 2014, al-Sisi foi eleito com 96,9% dos votos, com cerca de 47% dos eleitores. Em 2018, quando ocorreram novas eleições presidenciais, al-Sissi venceu com 97% dos votos, com a participação popular nas eleições ainda reduzida, desta vez com 42%. Em 2019, o Parlamento aprovou uma emenda constitucional que determina al-Sisi como presidente até 2030.

Líbia, Síria e Iêmen continuam até hoje extremamente caóticas com guerras civis. Somente a Tunísia hoje é considerada uma democracia, ainda que possua diversos problemas sociais.

O ciberespaço é um ambiente que proporciona o principal instrumento para a mobilização social, a comunicação. Porém a consolidação de um espaço político minimamente democrático acaba dependendo de outros fatores.

Além disso, esta capacidade de promoção da democracia possui suas controvérsias, a internet também pode ser usada como instrumento para solapar a democracia, como se tem visto nos últimos anos. Afinal, seria muita inocência achar que uma técnica tão poderosa possa ser utilizada apenas para o servir a valores democráticos.

3.3. Os Engenheiros do Caos

Fundada em 4 de outubro de 2006, a WikiLeaks é uma instituição sem fins lucrativos com a missão de receber informações de denunciadores, e divulgá-las ao público e se defender dos inevitáveis ataques legais e políticos.

O movimento se tornou popular em 2010, quando promoveu sua mais notória série de divulgações até então, revelando o abuso sistemático do sigilo oficial por parte do governo e das Forças Armadas dos Estados Unidos. Esta operação foi conhecida pelos nomes de *Collateral Murder*, *War Logs* e *Cablegate*. A reação do governo norte-americano foi imediata com uma iniciativa contínua e coordenada para destruir WikiLeaks.

A WikiLeaks tem suas raízes nos anos 90 com a popularização do movimento *Cypherpunks* que era conhecido como um *ativismo da cultura hacker*, cujo objetivo é usar a tecnologia em prol da liberdade de expressão, outro grupo bastante popular também advindo do movimento dos *Cypherpunks* é o Anonymous. A principal motivação desses movimentos, em teoria, seria o crescente aumento do poder do Estado com a evolução das tecnologias de informação, em outras palavras, o avanço do Estado no controle do Ciberespaço.

Os *Cypherpunks* sempre denunciaram a capacidade da internet em promover um maior controle estatal na vida dos cidadãos, em meio ao inocente discurso do avanço das liberdades. O Livro “*Cypherpunks: Liberdade e o futuro da internet*”, escrito pelo fundador do WikiLeaks Julian Assange (2013), em uma conversa com outros ativistas do movimento, retrata não só um pouco da história da instituição, como produz ponderações cirúrgicas sobre o futuro do ciberespaço e suas utilizações malélicas no uso para o controle social e invasão da nossa privacidade:

Se voltarmos àquela época, no início dos anos 1990, quando tivemos a ascensão do movimento cypherpunk como uma reação às proibições da criptografia por parte do Estado, muitas pessoas acreditavam no poder da internet com a grande mídia. Mas os cypherpunks sempre souberam que, na verdade, com isso também vinha o poder de vigiar todas as comunicações. Temos agora uma maior comunicação *versus* uma maior vigilância. Uma maior comunicação significa que temos mais liberdade em relação às pessoas que estão tentando controlar as ideias e criar o consenso, e uma maior vigilância significativa exatamente o contrário. (ASSANGE, 2013, p. 43).

Esse problema da supervigilância se complexifica ao passo que esta utilização vai além do controle dos Estados Unidos, Rússia e quaisquer outros Estados, para uma utilização de mercado. “Hoje a vigilância é feita por todo mundo e por particularmente todos os estados, em consequência da comercialização da vigilância de massa” diz Assange. E por sua vez, essa vigilância é cada vez mais tolerável pelos cidadãos, uma vez que compartilham ideias, suas comunicações familiares, suas amizades, suas compras e tendências consumistas na internet.

Hoje nossas informações são coletadas e compartilhadas entre empresas como um produto. É o que Eli Pariser (2012), ativista político e da internet, discute em seu último trabalho, na qual mostra como a informação é personalizada na Internet por filtragens de conteúdo.

O livro, “O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você” foi publicado em 2011, e inicia sua introdução analisando uma declaração do Google feita em 4 de dezembro de 2009. Aquilo que não parecia ser algo muito importante, acabou sendo considerado para um blogueiro e ativista da internet Danny Sullivan, como “a maior mudança já ocorrida em mecanismos de busca”, como o próprio nome já dizia: “Busca personalizada para todos”.

Praticamente, o mecanismo de busca iria simplesmente utilizar 57 “sinalizadores”, tais como, o lugar onde a pessoa está conectada, qual navegador está usando, os termos que já havia pesquisado, tudo para tentar reconhecer quem era aquela pessoa e suas preferências de sites. O mecanismo praticamente criaria um perfil personalizado, criado pelos históricos de acesso, para padronizar os futuros resultados de busca, apresentando os sites que o usuário mais tem probabilidade de acessar, tudo isso mesmo não estando conectado a sua conta no Google.

Esse mecanismo possibilita resultados diferentes para cada usuário. Ao pesquisarmos o termo “google” em vários aparelhos diferentes, não encontraremos os mesmos resultados, pois hoje, obtemos os resultados que o algoritmo do Google sugere para nós. “Cada vez mais, o monitor do nosso computador é uma espécie de espelho que

reflete nossos próprios interesses, baseando-se na análise de nossos cliques feita por observadores algorítmicos” (PARISER, 2012, p. 5).

Acontece que uma pessoa com tendências políticas de direita, provavelmente não terá acesso a um conteúdo não favorável à sua ideologia, sempre estará tendo contato com notícias e opiniões que o agrada. Pariser diz que “A democracia exige que os cidadãos enxerguem as coisas pelo ponto de vista dos outros; em vez disso estamos cada vez mais fechados em nossas próprias bolhas”. Essas bolhas sociais estão basicamente nos fechando em universos distintos e paralelos.

O Google não está sozinho nisso, grandes redes sociais como o Facebook, Twitter e Youtube já utilizam o recurso dos mecanismos para aprimorar o mecanismo de busca. Segundo o *Wall Street Journal*, cada um dos cinquenta sites mais visitados da internet, instalam em média, 64 cookies repletos de dados para rastreamento social.

Nossos dados não são apenas acessados por essas empresas como são compartilhados por elas. “Se buscarmos uma palavra como “depressão” no Dictionary.com, o site irá instalar 223 cookies e *beacons* de rastreamento em nosso computador, para que outros sites possam nos apresentar anúncios de antidepressivos”. Sempre que pesquiso algum produto na Amazon, por exemplo, o Instagram não perde tempo de me apresentar propagandas de produtos semelhantes do que tinha pesquisado.

Em 2021, o Whatsapp, aplicativo pertencente ao atual “Meta” – o novo nome do conglomerado de redes sociais de Mark Zuckerberg (criador do Facebook) – declarou uma mudança nos seus termos de políticas de privacidade. Basicamente, o aplicativo iria compartilhar os dados da interação entre usuários e contas comerciais pelo WhatsApp com as empresas parceiras do Meta. Quem recusasse esses novos termos seria impedido de acessar a plataforma. Em outras palavras, declarou que irá utilizar as palavras chaves de nossas conversas para alimentar o mecanismo de propagandas em seus sites.

As grandes empresas da internet, como o Facebook, Apple, Microsoft e Google, estão promovendo uma corrida pela busca máxima de informações sobre seus usuários, e estão transformando essas informações em dinheiro de forma direta, simplesmente vendendo esses dados para outras empresas. Os dados que essas plataformas possuem sobre nós não são simples, basta avaliar o avanço das tecnologias que possibilitam a colheita de informações. Um iPhone, por exemplo, sabe muito bem a localização de seu dono, para quem ele liga, o que lê, e até se está caminhando, andando no carro ou numa festa, apenas pelo seu microfone, giroscópio e GPS.

Jérémie Zimmermann, um dos participantes do livro dos Cypherpunks diz que “se você for um usuário-padrão, o Google sabe com quem você se comunica, quem você conhece, o que está pesquisando e, possivelmente, sua preferência sexual, sua religião e suas crenças filosóficas”. Eles simplesmente “sabem mais de você do que você mesmo” (ASSANGE, 2013 p. 71).

Pariser descreve bem como esse processo funciona:

A fórmula dos gigantes da internet para essa estratégia de negócios é simples: quanto mais personalizadas forem suas ofertas de informação, mais anúncios eles conseguirão vender e maior será a chance de que você compre os produtos oferecidos. E a fórmula funciona. A Amazon vende bilhões de dólares em produtos prevendo o que cada cliente procura e colocando esses produtos na página principal de sua loja virtual. Até 60% dos filmes alugados pela Netflix vêm de palpites personalizados feitos pelo site sobre as preferências dos clientes – a esta altura, a Netflix consegue prever o quanto iremos gostar de certo filme com margem de erro de aproximadamente meia estrela. A personalização é uma estratégia fundamental para os cinco maiores sites da internet – Yahoo, Google, Facebook, YouTube e Microsoft Live – e também para muitos outros (PARISER, 2012, p. 10).

Na Internet, se você não paga pelo produto, o produto é você.

Essa personalização do conteúdo é associada muitas vezes a bolhas. Eli Pariser diz que as bolhas de informações produzem 3 novas dinâmicas, pelas quais nunca havíamos lidar antes. Primeiro, “estamos sozinhos na bolha”; basicamente as bolhas são uma força centrífuga de informações que nos afastam dos outros. Segundo a “bolha de filtros é invisível”; o “Google não nos diz quem ele pensa que somos ou por que está nos mostrando o resultado que vemos. Não sabemos se as suposições que o site faz sobre nós estão certas ou erradas – as pessoas talvez nem imaginem que o site está fazendo suposições sobre elas” (Ibidem, p. 11). Por fim, “nós não optamos por entrar na bolha”; a relação dos usuários com os algoritmos não é apenas de procura de informação, mas de imposição, eles não têm escolha quando usam filtros personalizados. Os algoritmos vêm seus usuários – e, por serem a base dos lucros dos sites que os utilizam, será cada vez mais difícil evitá-los.

Podemos afirmar estas conclusões como verdadeiras, exceto pela primeira. As bolhas de informações obviamente nos afastam das informações contrárias, e por sua vez, nos afastam dos outros. Todavia, ao mesmo tempo que nos afastam dos outros, também nos aproximam de outros usuários, que possuem perfis semelhantes a nossas inclinações.

Em 2017, Zuckerberg repensou o papel do Facebook, a meta da empresa não era mais apenas "conectar o mundo", e sim, "dar às pessoas o poder de construir comunidades e deixar o mundo mais próximo". “Comunidades” é a palavra chave dessa meta, podemos

até melhorá-la para “comunidades de bolhas”, que possuem interesses e opiniões conflitantes.

Pensar um mundo de comunidades, onde cada uma possui um filtro de informações passa a ser algo extremamente lesivo para uma sociedade. As bolhas sociais impedem aos usuários dentro delas de acessar informações contrárias, de observarem a outra face da moeda. O resultado é o surgimento de grupos extremamente polarizados que defendem suas meias verdades de forma incisiva e muitas vezes violenta.

Quando Tocqueville, escreveu sua ode à democracia dos Estados Unidos, ele considerou que nas democracias o povo possui uma tendência ao linchamento. Na Ágora por exemplo, o linchamento era uma prática comum, feita pela maioria. Tocqueville chamava esse comportamento de “tirania da maioria”, “a longa história da democracia representativa moderna”, segundo David Runciman, “tem sido uma tentativa quase bem-sucedida de controlar esses impulsos mais selvagens” (RUNCIMAN, 2018, p. 152).

O ciberespaço hoje é o espaço principal desse tipo de prática. Hoje em dia o linchamento é virtual. Mas a violência é real e produz efeitos desastrosos. David Runciman chama esse comportamento de “caça às bruxas virtual”, aqui no Brasil, porém, é conhecido como “cancelamento”. A “cultura do cancelamento” é algo que vem crescendo muito atualmente. A prática do cancelamento diz respeito ao ato de boicotar uma pessoa, normalmente um artista ou celebridade, por algo que tenha dito ou feito e que seja considerado moralmente errado ou politicamente incorreto de acordo com os padrões de um determinado grupo. As vítimas desses ataques acabam sendo alvos de perseguição e violência simbólica.

O Twitter é a rede social principal desse tipo de cultura, e é o que Runciman considera como o espaço mais próximo de uma “democracia dos antigos”: “volúvel, violenta e empoderadora”. “As pessoas descobriram o efeito libertador de poder se mancomunar a um bando para atacar indivíduos que as desagradam. É revigorante. E pode ser mortífero” (Ibidem, 2018, p. 152).

Mas os problemas da internet não acabam na sua disseminação do ódio. Na verdade, a informação do ódio também compartilha espaço com a disseminação das informações falsas, ou como dita atualmente: *Fake News*.

A propagação de fake News sempre esteve presente na história da humanidade, sobretudo no século XX. Segundo Ciro Marcondes Filho (2019), a imprensa burguesa no século XX, sempre atuou como porta voz de grupos econômicos e políticos para fazer sua opinião, minoritária em termos numéricos mais poderosas no que se refere ao controle de

meios, isto é, à expansão e divulgação de sua visão de mundo como sendo objetiva e imparcial, isso sem contar, a disseminação de notícias falsas usadas em regimes totalitários da época.

Acontece que as Fake News modernas, não se apresentam somente como “meias verdades”, “erros”, nem somente de tentativas de mascarar a burguesia. Hoje as Fake News evoluíram para uma série de problemas, ao ponto que possuem agora, objetivos claros e decisivos. O novo problema agora é, a combinação sistemática entre Fake News, transformações políticas e a ação da internet intervindo em decisões políticas, influenciando o debate de uma forma radical, principalmente em épocas de crise (p.16)

A propagação sistemática dessas notícias possui outro objetivo bastante claro também, o de alcançar os sentimentos da população. O fundador da campanha pela saída da União Europeia, Arron Banks, declarou, ao The Guardian que: “A exposição de fatos não teria ajudado a ganhar o referendo; os fatos não funcionam e ponto final... É necessário estabelecer uma conexão emocional com as pessoas”. Não se trata, portanto, apenas da criação e veiculação de mentiras em momentos delicados da decisão política (plebiscitos, eleições, votações) mas do uso massivo de computadores (robôs) que replicam a mesma notícia falsa e pressionam pessoas com centenas de milhares de posts buscando massacrar opiniões adversas, apelando até para o emocional (MARCONDES F., 2019, p. 16).

Existe também outro agente do caos que corrobora para a atual crise das democracias liberais, os chamados *bots*. Bot, diminutivo de robot, pode ser denominado como, uma aplicação de software desenvolvido com o intuito para simular ações humanas de formas repetidas e padronizadas, assim como um robô.

Os primeiros bots começaram a surgir nos anos de 1990 ainda antes da internet ter se expandido mundialmente. A criação deles tinha como objetivo, realizar diversos cálculos e ações padronizadas para ajudar os usuários a navegar na internet. Segundo Bruno Gueiros (2018), escritor do livro “Social Bots”, os primeiros modelos deste *software*, já contribuíram para “transformar as significações culturais e sociais das tecnologias no fim dos anos 90”. Os bots são antecessores da *web*, e se antes dela já produziam uma dinâmica ativa na sociedade, tudo se intensificou ainda mais depois da expansão da internet no mundo, uma das consequências foi o surgimento de bots mal-intencionados.

Com isto, passou a fazer parte do interesse dos governos, a regulamentação, e mais que isso, a utilização dessa tecnologia, como dito por Lipovetsky e Serroy apontam que:

[...] à medida em que a rede da Teia se estende, que o mundo todo se encontra conectado e que, via internet, circulam elementos que não apenas podem atentar contra a dignidade humana mas que também põem em jogo a consciência coletiva, torna-se evidente que o poder público não pode permanecer à margem disso, devendo não apenas regular mas também tirar proveito de um instrumento tão eficaz (LIPOVETSKY e SERROY apud GUEIROS, 2018, p. 71).

Dessa forma, os bots passam a ser regulados pelos Estados, não só pela séria ameaça que eles representam para a sociedade, como também pelo fato de se tornarem atores extremamente relevantes nas relações de Poder. Em sua obra, Gueiros denuncia que nos sites de redes sociais, os bots podem se passar por perfis de seres humanos, confundindo e alterando a pauta do debate público”, e segundo ele, isso é claramente observado nos períodos eleitorais.

A maior profusão de perfis fakes em redes sociais de alta popularidade, aparentemente menos preocupados com a boa qualidade da informação oferecida e mais dedicados a repercutir visões de mundo de interesse de determinadas candidaturas, junta-se a mensagens enviadas anonimamente a telefones móveis em todo o país. O treinamento que os grandes partidos dão a seus correligionários para atuarem de modo mais efetivo no ambiente digital é prova do quão especializada se tornou a comunicação on-line. A contra-informação também passa a ser trabalhada pelas assessorias (MARQUES apud GUEIROS, 2018, p. 71).

A primeira rede social criada foi a IRC (Internet Relay Chat). Inicialmente a IRC apenas possibilitava que usuários ao redor do mundo se comunicassem por uma interface de chat, com sua evolução a IRC acabou se tornando um site de rede social, permitindo que as pessoas compartilhassem imagens e dados de tamanhos maiores. Assim, com o contexto do surgimento das redes sociais, “começaram a ser desenvolvidos programas de computador automatizados para estarem presentes e desempenharem tarefas determinadas em plataformas digitais na qual humanos se comunicam” (GUEIROS, 2018, p.73). Usuários de redes sociais hoje, podem entrar em contato com os bots mesmo de forma inconsciente – na qual é a situação mais comum.

A produção de bots em ambientes de redes sociais é conceituado por Gueiros como *social bots*. E os define como “programas de computadores que controlam contas em sites de redes sociais”. Alguns deles podem ser considerados “benignos”, pois possibilitam o funcionamento das plataformas, na qual podem ser usados para receber

notícias, notificações e também para interagir com outros sistemas. Todavia alguns social bots são programados para executar tarefas maliciosas, que vão desde a distribuição de Fake News à *malwares*, e “o alvo de social bots maliciosos são potencialmente todas as entidades e seres humanos conectados a uma rede social digital” (Ibidem, p. 73).

Como já vistos em exemplos práticos, os Social bots “podem ser usados por políticos para influenciar as opiniões das pessoas e difamar oponentes alterando o resultado de uma eleição e tornando a própria democracia um alvo” (Ibidem p. 73). E sua capacidade destrutiva são mais problemáticas do que se pode imaginar.

Mesmo que as pessoas saibam que existem riscos, a maioria não tem pleno entendimento do que representam esses perigos na prática. Usuários que não regulam a privacidade das suas contas, por exemplo, podem ter suas informações roubadas por social bots que coletam informações. Em um cenário pessimista, uma pessoa que não controla suas permissões de privacidade poderia até mesmo ter seu perfil ou identidade roubada e usada para fins escusos. Essa é a razão de sites como o Facebook pedirem ocasionalmente que os seus usuários revisem a página de segurança e privacidade. Sequestrar contas existentes nas redes sociais é uma estratégia que dificulta a identificação da atividade de bots por algoritmos. Contas aprovadas ou verificadas por serem de pessoas conhecidas ou empresas criam barreiras para o sequestro. Não há perspectiva de que o problema dos social bots seja resolvido definitivamente. O que está ao alcance dos especialistas é o contínuo desenvolvimento de métodos para detectar a presença de robôs maliciosos, para buscar anular sua atuação e para que seus impactos sejam minimizados (Ibidem, p. 75).

Os social bots podem ainda ser classificados em três famílias: 1) os totalmente automatizados, que depois de ativados, realizam suas atividades de forma independente; 2) os semi-automáticos, que necessitam de intervenções do operador regularmente; 3) os robôs manuais, que estão em frequente contato com o operador.

Tanto os totalmente automatizados como os semi-automáticos, possuem a capacidade de evoluírem. Com o auxílio da tecnologia *machine learning* (aprendizado de máquina), “os social bots podem aprender a partir de dados disponíveis nas redes sociais digitais ou, potencialmente, a partir de qualquer “lugar” na internet”, inclusive, para aprender a linguagem e o comportamento dos usuários (Ibidem, p. 74).

Os bots executam as tarefas que foram desenvolvidos para fazer. E possuem um “rosto”, ou seja, a parte visível que se mostra para outros usuários, o perfil com o qual um bot se comunica nas redes. Através do uso de seu “rosto”, os social bots conseguem ser furtivos, quase indetectáveis, eles também conseguem imitar os comportamentos humanos a um nível que conseguem dialogar diretamente com os usuários de uma forma fluida e sem transparecer sua natureza robótica.

Os problemas que os bots benignos podem causar também são existentes:

O que é preocupante a respeito dos social bots é que eles podem causar danos. Mesmo bots benignos (aqueles que enviam notícias, informações sobre o clima e os que são apenas para propósitos de diversão, por exemplo) podem contribuir para espalhar informações não verificadas. Notícias não checadas ou intencionalmente falsas podem ser absorvidas por bots e repostadas. Quando isso é feito, informações mentirosas podem rapidamente ser espalhadas para várias pessoas num período muito curto de tempo. Eles podem ser usados para influenciar o debate público, ações da bolsa de valores, revisões de produtos em sites de comércio eletrônico etc. Algo que traz grande preocupação é que ao serem utilizados para influenciar eleições, é a própria democracia que é ameaçada (Ibidem, p. 75).

Não restam dúvidas de que a evolução dos recursos da internet produziu um ciberespaço extremamente caótico. Todos esses problemas encontrados estão hoje entrelaçados à dinâmica do ciberespaço a um nível que não é mais possível conceber seu funcionamento sem eles. Os algoritmos por exemplo estão presentes em praticamente toda a rede, é o instrumento fundamental para a organização e processamento das infinitas informações geradas a cada segundo na internet, os bots por sua vez também estão presentes em nosso cotidiano executando tarefas programadas para facilitar a vida e principalmente o acesso dos usuários.

O misto de problemas sociais gerados pelo ciberespaço está diretamente relacionado a essa estrutura de técnicas que constroem e administram o espaço virtual de uma forma direta. O ciberespaço é fruto de uma engenharia produzida, com a contribuição principal das inteligências artificiais. E isso problematiza ainda mais o conceito de espaço. O espaço geográfico como concebemos, possui uma contribuição essencial do ser humano, como o ator que produz, transforma e o desenvolve. O ciberespaço por outro lado parece mais com o contrário. Ainda que sejam uma criação do homem, são os programas de IA que hoje produzem, transformam e desenvolvem o ciberespaço. Essas tecnologias arquitetam um ambiente produzindo diversos tipos de patologias sociais que por sua vez se manifestam na política, que é o suprassumo das relações da sociedade.

Não o surgimento das fake News, mas a possibilidade de sua propagação massiva na internet é uma consequência dessa arquitetura, assim como também a manifestação do ódio nas redes sociais e polarização política. Parece que não o homem influencia o espaço, mas o espaço que influencia o homem.

Vale destacar, que ainda que a produção do ciberespaço pareça estar na mão da tecnologia IA, não é possível afirmar – ainda – que a tecnologia está determinando a sociedade. Por mais autônomos que sejam, e se mostram capazes de produzirem o espaço independentemente do ser humano, esses recursos necessitam do ser humano para sua

manutenção e evolução. Além disso, os interesses dos indivíduos, a busca pelo poder e os diversos fatores psíquicos do homem, ainda são vigentes, e o ciberespaço tende a ser uma ferramenta para alcançar esses objetivos.

“Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital”, é um livro escrito por Andrés Bruzzone (2021), doutor em filosofia pela USP, Bruzzone desenvolveu sua tese sobre Filosofia da Comunicação, e neste livro ele discute o surgimento de uma nova espécie de populismo que nasce no berço do ciberespaço.

A comunicação digital tem um papel central na origem da onda populista que toma conta do globo e que ameaça e questiona a democracia. Mas não bastam as redes sociais: o fenômeno aparece no encontro entre uma construção retórica e discursiva com uma plataforma de comunicação e distribuição de informações que acende a faísca e faz explodir modelos até então hegemônicos. Meio e mensagem se encontram e se encaixam de maneira perfeita. Por isso, o populismo que nos interessa aqui não é o tradicional, histórico. É o populismo político renovado pela nova comunicação digital em rede, capaz de servir ideologias de todo signo (BRUZZONE, 2021, p. 68).

Para Bruzzone, a convergência do populismo e das mídias sociais dá lugar a um fenômeno novo, o “neopopulismo digital”, ou Ciberpopulismo. A teoria é de que o ciberpopulismo é capaz de gerar adesões em “identidades narrativas” fortes na qual só se torna possível através do ciberespaço. O autor parte do princípio que o populismo – que sempre foi uma alternativa de esperança em tempos de crise – e o digital, formam um casamento perfeito, onde um, cria a ansiedade e o outro oferece a cura, faz a desordem acontecer e fornece o refúgio necessário.

O populismo oferece respostas simples para as informações fragmentadas, incertas e excessivas que geram ansiedade e medo. Suas respostas consoladoras também agem como bloqueio de diálogo e do debate para garantir a solidez da mensagem e a adesão da crítica. “Quando não sabemos em quem acreditar, uma voz firme e de comando pode nos dar segurança” (Ibidem, p. 69).

Diante do caos e da complexidade de um mundo em mudança frenética e acelerada, o populismo digital garante o repouso em certezas que não requerem provas. Soluções simples para problemas complexos: um muro para resolver as questões sociais impedindo os mexicanos de entrar no país, por exemplo. A volta a tradições ou crenças que nos deram conforto: uma droga mágica para curar um mal invisível, um complô internacional para explicar o surgimento de reivindicações de gênero. Mas ainda mais simples é jogar todas as culpas e as responsabilidades de nossos males em um outro, o inimigo. Ao mesmo tempo, e como condição necessária para sobreviver, o populismo deve bloquear a possibilidade de diálogo, fechar os espaços de comunicação e de pensamento, de escutar o que pensa diferente de mim e que deve ser o culpado do que me acontece. Isso é polarizar: comigo ou contra mim. Amigo ou inimigo. Numa sociedade polarizada, o debate de modelos sociais e

econômicos, de pautas culturais, fica esmagado pela necessidade de as partes se refugiarem nas trincheiras da convicção (Ibidem, p. 70).

As demandas democráticas são como os porcos-espinhos de Schopenhauer¹, porém o ciberespaço possibilita uma multiplicação desses porcos-espinhos, forçando assim o refúgio para ninhos separados por consequência do difícil convívio. O grande tumulto gerado no ciberespaço, que por sua vez, é um resultado pela maior circulação de informações e opiniões, expressões de liberdade entre outros valores democráticos, produz por consequência uma relação de atrito entre os indivíduos, e esse é o grande paradoxo da democracia no ciberespaço.

Por um lado, abre a democracia ao surgimento de novas identidades coletivas. Mas pela mesma porteira aberta entram divisões e enfrentamentos capazes de rasgar o tecido comunitário de uma sociedade e de fazer recuar o pluralismo a níveis baixíssimos. Existe maior possibilidade de participação, atores antes não representados hoje se fazem visíveis, mas vem junto o risco de um retrocesso democrático (Ibidem, p. 70).

Passa a ser entendível, por sua vez, o surgimento de personagens que resgatam a atenção de grupos específicos desse ambiente dividido. A divisão por sua vez é ferramenta chave nesse processo.

Algo bastante reconhecido entre os estudiosos da democracia é o comportamento comum entre os líderes antidemocráticos, comportamento esse que está ligado em geral à disseminação do ódio. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, chegam a apresentar até mesmo a elaborar uma tabela de comportamento autoritário. A maior parte dos indicadores do comportamento autoritário estão intrinsecamente ligados à instigação do ódio e da violência a um “inimigo”. Os inimigos, como já se imagina, são associados a qualquer grupo de oposição às ideias promovidas por esses populistas, seja a mídia tradicional, a esquerda/direita entre outros alvos.

Bruzzone, em uma leitura da obra de Levitsky, assinala três exemplos: Adolf Hitler, Benito Mussolini e Hugo Chávez. Dessa forma, nos três exemplos, foram figuras carismáticas, que despertavam o entusiasmo na população, *outsiders* empossados pelos caciques tradicionais dos partidos para, “já no comando da nação, de maneira progressiva,

¹ Na obra de Bruzzone, ele menciona a famosa metáfora do filósofo alemão Arthur Schopenhauer: “porcos-espinhos que, arriscando morrer congelados, resolveram se juntar em grupos para se agasalhar e se proteger. Juntos preservam melhor o calor, mas os espinhos do vizinho machucavam o próximo, por isso se afastaram; e começaram de novo a morrer pelo frio. Para não perecer, aprenderam então a conviver, mantendo uma distância adequada, nem muito perto (para não se espetar), nem muito distante (para não perder o calor). Aprenderam também a suportar pequenas feridas que as pessoas próximas podem causar, para preservar a possibilidade de receber calor”.

sufocar as barreiras que lhes impedem de se apropriar da totalidade do poder” (Ibidem, p. 72).

A partir desses três modelos, chega-se a um comportamento padrão dos governantes de vocação antidemocrática. Todos começam com a rejeição, por meio de palavras ou de fatos, das regras do jogo democrático: ameaçam uma suspensão do Parlamento ou do Poder Judiciário, restringem direitos civis (como o habeas corpus), elogiam governos que adotaram medidas restritivas contra a liberdade, propõem leis ou medidas que limitem as críticas ao governo. Seguem com a negação dos oponentes políticos: descritos como subversivos, ameaças para a segurança nacional, delinquentes ou agentes alinhados com potências estrangeiras. Ainda, há a vinculação com grupos paramilitares, milícias ou guerrilhas, o apoio ao linchamento ou à agressão de adversários, a recusa a condenar e penalizar atos violentos contra oponentes e o elogio de ações destacadas de violência política (Ibidem, p. 71).

As redes sociais, onde o ódio e a repulsa por opiniões contrárias às nossas, se apresentam como palco para esses aproveitadores, o que Empoli (2020) explica muito bem:

O problema é que hoje, nas redes sociais, somos todos adolescentes fechados em nossos pequenos quartos, onde aumenta a frustração por causa do crescente abismo entre a mediocridade de nossa vida e todas as vidas possíveis que se oferecem virtualmente em nossos monitores e telas de celular. E, exatamente como um adolescente, explicam os psicólogos, temos fortes probabilidades de terminar em dois tipos de sites de internet que alimentam ainda mais nossa frustração: os sites pornográficos e os sites conspiratórios, que exercem um poder de fascinação intenso porque oferecem, enfim, uma explicação plausível para as dificuldades nas quais nos encontramos. *É culpa dos outros!* nos dizem eles, *pois os outros nada fazem senão nos manipular para realizar seus objetivos demoníacos. Nós mostraremos a você a verdade, continuam, e assim você poderá se unir aos outros que, como você, finalmente abriram os olhos!* (EMPOLI, 2020, p. 77).

Em oito de janeiro de 2021, Donald Trump foi banido do Twitter. A empresa adotou essa medida, alegando que, após uma análise dos tuítes e do perfil do ex-presidente, decidiram suspender “permanentemente a conta devido ao risco de mais incitação à violência”. O Twitter de Trump era mundialmente conhecido como sua ferramenta principal de veiculação de declarações, das mais pessoais, a declarações de extrema importância geopolítica, assim como também era seu megafone virtual para disseminar e incitar a violência. Trump teve acesso a conta um dia depois.

A utilização do ciberespaço é condição essencial para as lideranças políticas hoje em dia, redes sociais são ótimas ambientes para se alcançar popularidade para campanhas eleitorais, através de divulgação de projetos, de compartilhamento de opiniões e críticas à oposição. As estruturas do ciberespaço, porém, podem ser manipuladas de maneiras não tão moralmente legais.

A eleição de Donald Trump em 2016 foi um exemplo prático e assustador das possibilidades destrutivas do ciberespaço para burlar e destruir as regras do jogo da democracia liberal.

As eleições de 2016 nos Estados Unidos, é reconhecida mundialmente como algo controverso, com ligações que vão desde a divulgação massiva de Fake News contra a oposição, quanto um suposto apoio e interferência da Rússia nos resultados eleitorais. Mas o caso mais famoso foi o escândalo da Cambridge Analytica, Ltd.

A Cambridge Analytica foi uma empresa contratada pela assessoria de Trump para a campanha. A empresa era especializada na combinação de mineração e análise de dados com comunicação estratégica para o processo eleitoral. Sendo uma empresa britânica, a Cambridge fazia parte da assessoria da União Europeia essa relação tinha como intuito utilizar informações de comportamento de usuários do Facebook para sustentar o marketing digital do movimento separatista no Reino Unido. Em 2016 a empresa chegou aos EUA como veículo para Donald Trump chegar à Casa Branca.

Através da análise de perfis de usuários no Facebook, Cambridge Analytica desenvolveu perfis psicológicos. Eram analisadas ações como curtidas, interações, posts, mensagens, compartilhamentos e fotos, através dessas interações observadas, a empresa definia perfis psicológicos. Com essa informação, milhares de conteúdos de notícias e anúncios foram publicados diariamente no Facebook com alvos específicos para cada tipo de personalidade. O medo, necessidades e emoções das pessoas eram conferidas para classificar que tipo de conteúdo era mais propício para ser divulgado individualmente a esses usuários. Pessoas que possuíam simpatia por aventura e violência por exemplo, acabavam sendo bombardeados por conteúdo a favor do direito a porte de armas. Em uma onda de avalanche, as reações desse tipo de conteúdo eram reconhecidas pelos algoritmos como agradável ao usuário, que por sua vez eram apresentados mais conteúdos semelhantes.

Marcondes defende que as fake News atuam através de dois planos básicos:

no bombardeio a médio prazo, constante e intermitente, através de blocos monolíticos de pensamento (estereótipos), de fácil absorção e nenhuma reflexão, e na ação pontual em momentos decisivos por meio do massacre volumoso de post nos Facebooks, Twitters, Whatsapp de um grande círculo de pessoas (MARCONDES, 2019, p. 17)

Para Hannah Arendt (2012), os movimentos totalitários utilizam da propaganda e do terror para acessar o psicológico da população.

Em 1933, ano em que Adolf Hitler se tornou chanceler do país, Joseph Goebbels, ministro da Propaganda Nazista, lançou o Volksempfänger. O nome em alemão significa “rádio do povo” e foi utilizado para criar um rádio popular, comercializado a um preço baixo, equivalente a 20% do preço de um aparelho normal.

Segundo Patrícia Campos Mello (2020), formada em jornalismo pela Universidade de São Paulo, e mestre pelo programa Business & Economic Reporting da New York University, afirma que as características dessas rádios eram interessantes. O alcance dos aparelhos era limitado com o intuito de acessarem apenas as transmissões alemãs, que por sua vez, funcionavam sob censura, e transmitiam pronunciamentos do Führer, música clássica e folk alemã, além de notícias filtradas e propaganda nazista. Assim Mello afirma que:

Entre 1933 e 1939, estima-se que tenham sido produzidos 7 milhões de Volksempfänger para uma população de cerca de 70 milhões. Segundo o historiador Eric Rentschler, em 1941, 65% dos lares na Alemanha tinham um Volksempfänger (MELLO, 2020, p.14).

É bastante comum entre os regimes autoritários, o controle rigoroso da comunicação, assim como citado a cima no caso do Nazismo, diversos outros exemplos podem ser apontados, no Brasil as notícias eram censuradas durante a ditadura, as produções artísticas, como a música e teatro, também passavam por um processo de filtragem. Hoje em dia vemos também exemplos mais claros, a China não permite a atuação de diversos sites no seu território, produzindo apenas suas versões locais do Facebook, Twitter e WhatsApp.

Todavia, muitos dos regimes autoritários modernos – que como explicados por Levintsk e Ziblat não saem aplicando golpes de Estado clássicos, mas sim, destroem as estruturas democráticas por dentro – não possuem a necessidade de censurar a internet. Dessa forma, de acordo com Mello (2020, p. 15), “nas ‘democracias liberais’ (...) basta inundar as redes sociais e os grupos de WhatsApp com a versão dos fatos que se quer emplacar, para que ela se torne verdade — e abafe as outras narrativas, inclusive e sobretudo as reais”.

Os diversos recursos de Marketing que dinamizam todo o ciberespaço possibilitam uma espécie de ofuscamento de determinadas notícias por outras notícias. O disparo em massa de notícias através de bots e da utilização dos algoritmos são os principais autores desse efeito.

Como visto no exemplo do EUA, existe também a possibilidade de contratar empresas especialistas nesse tipo de atividade, para disseminar ideias e propagandas para influenciar a opinião popular através desse controle informacional. No caso do contrato da Cambridge Analytica com Trump, o canal utilizado para essa tarefa foi o Facebook. No entanto, Patrícia Campos Mello (2020), considera também o WhatsApp como um veículo importante para essa atividade. Esse tipo de prática é conhecido pelos norte-americanos como firehosing, que se trata da “disseminação de uma informação, que pode ser mentirosa, em um fluxo constante, repetitivo, rápido e em larga escala” (MELLO, 2020, p. 16). Assim afirma Mello:

As pessoas são bombardeadas de todos os lados por uma notícia — sites de notícias, grupos de WhatsApp, Facebook, Instagram — e essa repetição lhes confere a sensação de familiaridade com determinada mensagem. A familiaridade, por sua vez, leva o sujeito a aceitar certos conteúdos como verdadeiros. Muitas vezes, esse será o primeiro contato que ele terá com determinada notícia — e essa primeira impressão é muito difícil de desfazer (MELLO, 2020, p. 16).

O resultado do firehosing é a dificuldade de as pessoas distinguirem o que é verdade do que não é. E por mais que essa divulgação frenética possa ser associada a uma transmissão aleatória e sem organização, firehosing possuem sempre um alvo claramente definido, o caso da Cambridge Analytica foi um exímio exemplo desse ponto.

Destaca-se aqui o ser humano e seus interesses políticos como o ator por trás da construção do ciberespaço, utilizando dos diversos recursos possíveis, tanto os simples (redes sociais, blogs e outros veículos de informação) quanto os condenáveis (uso de robôs e algoritmos). A observação de Pierre Lévy que diz que, a técnica não é “determinante” e sim “condicionante” da cultura, ainda se sustenta de forma consolidada.

O ciberespaço possui uma característica que vai muito além de um espaço de propagação de informações e interconexão de usuários, é parte integrante das relações sociais. As tecnologias de comunicação existentes neste espaço não são apenas ferramentas de informação, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Qualquer um que atua através dessa rede de computadores que é a internet, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Dessa forma, essas ações acabam alterando também a maneira de se fazer política e as formas de participação social. O Ciberespaço se integra ao espaço geográfico, de uma forma que não há como conceber o segundo sem a interferência do primeiro. Os problemas de ambos são compartilhados e refletidos simultaneamente, o espaço político se tornou muito mais dinâmico. E por sua vez, o ciberespaço que proporcionou a maior revolução tecnológica

de todos os tempos, se tornou o maior malware do jogo democrático presente no espaço político.

3.4. Um novo conceito para o ciberespaço

Como dito antes, o ciberespaço necessita de uma conceituação mais próxima da atualidade, neste trabalho adotamos como conceito defendido uma alteração do conceito utilizado por Hindenburgo Francisco Pires (2009) em seu artigo “Reflexões Sobre o Advento da Cibergeografia ou o Surgimento da Geografia Política do Ciberespaço: Contribuição à Crítica à Geografia Crítica”. Para tanto, o ciberespaço é definido aqui como *um território articulado e estruturado pela primazia de suas estruturas ciborgues de poder*.

Conceber o Ciberespaço como um território, consiste em considerar as relações de poder atuantes nele, que por sua vez, são frutos legítimos das relações sociais. Iná Elias (2014) escreve que:

os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses (ELIAS, 2014, p.41).

Assim, Elias considera o território como uma base material e simbólica da sociedade, por sua vez, essas disputas que estão no cerne da sociedade criam os conflitos que se caracterizam como campos importantes da análise geográfica.

As preocupações dos autores mais antigos da Geografia estão sempre mais associadas à compreensão dos territórios dos Estados e seus processos de conquistas e organizações. Claude Raffestin defende que o território se forma a partir do espaço, e é o resultado de uma ação de um ator através de relações de poder. Embora Raffestin fale do “Território nacional”, é possível considerar muitos elementos em sua teorização que nos ajudam a conceber outros tipos de território.

A perspectiva de Raffestin é que o território, “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). “O espaço por lógica, é anterior ao território. O território é uma produção, a partir do espaço, produção essa que, por suas relações entrelaçadas, se apresenta no campo do poder. Até mesmo produzir uma representação

do espaço já pode ser considerado uma apropriação ou controle, mesmo que seja nos “limites do conhecimento” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por esses sistemas sêmicos que realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 146).

Raffestin enxerga a imagem ou modelo como uma construção da realidade, e portanto, um instrumento do poder. Se na Geografia, temos a cartografia como um dos instrumentos da representação da realidade, no ciberespaço o instrumento utilizado é a informação.

O ciberespaço então, não é apenas um espaço construído pelos homens através de robôs e algoritmos. Todos os atores atuantes produzem relações de poder, seja de vigilância, dominação ou manipulação. O ciberespaço deixa de caracterizar como um espaço e passa a se manifestar como um território.

Não se reduzindo a um “espaço virtual”, o ciberespaço necessariamente deve ser considerado uma produção do “espaço real”, e vice e versa. Como defendido, o ciberespaço condiciona as relações políticas com um todo, e estas são os autores fundamentais para a organização do “espaço real”. Não só um ambiente de interconexão social, mas também ambiente de articulação social e promotor de ações, tanto políticas quanto sociais que dinamizam os espaços. A vigilância, manipulação, e o caos também são um dos fatores ciberespaço que reproduzem consequências espacialmente reais.

Sendo assim, essa interação entre o real e o virtual se mostra tão homogênea que se parece necessário a utilização de um termo que corresponda a essa relação.

No livro “Antropologia do ciborgue” de Donna Haraway e Hari Kunzru, é discutido através de alguns artigos selecionados, a teoria em que nós como ser humanos, estamos nos tornando Ciborgues, por consequência de toda estrutura de produção e acumulação capitalista em que vivemos.

Tomaz Tadeu, organizador e também escritor de um dos textos apresentados no livro, observa que o principal questionamento da nossa época é: “onde termina o humano e onde começa a máquina?”, e vice e versa, onde ele considera que uma das características mais marcantes da era pós-moderna, “é precisamente a indecente interpenetração, o promíscuo acoplamento, a desavergonhada conjunção entre o humano e a máquina” (TADEU, 2000, p. 5). Tadeu diz que – ainda – é possível observar uma fronteira que separa a máquina do organismo, porém, do lado dos organismos, estão os homens que se

tornam cada vez mais artificiais. Do outro lado, das máquinas, que não simulam as capacidades humanas como reproduzem de forma melhorada (Ibidem, p. 6). Durante seus escritos ele apresenta em um só parágrafo, uma lista de “intervenções” vem afetando a distinção dos dois tipos de “seres”:

Implantes, transplantes, enxertos, próteses. Seres portadores de órgãos “artificiais”. Seres geneticamente modificados. Anabolizantes, vacinas, psicofármacos. Estados “artificialmente” induzidos. Sentidos farmacologicamente intensificados: a percepção, a imaginação, a tesão. Superatletas. Supermodelos. Superguerreiros. Clones. Seres “artificiais” que superam, localizada e parcialmente (por enquanto), as limitadas qualidades e as evidentes fragilidades dos humanos. Máquinas de visão melhorada, de reações mais ágeis, de coordenação mais precisa. Máquinas de guerra melhoradas de um lado e outro da fronteira: soldados e astronautas quase “artificiais”; seres “artificiais” quase humanos. Biotecnologias (Ibidem, p. 7).

Hari Kunzru, romancista e jornalista inglês escreve também no livro que “a tecnologia não é neutra. Estamos dentro daquilo que fazemos e aquilo que fazemos está dentro de nós. Vivemos em um mundo de conexões – e é importante saber quem é que é feito e desfeito” (KUNZRU in TADEU, 2000, p. 21).

Donna Haraway era uma filósofa, e pesquisadora estadunidense feminista, que desenvolveu estudos nas áreas da tecnociência, estudos pós-coloniais, primatologia e feminismo. É professora emérita no Departamento de História da Consciência e Estudos do Feminismo, na Universidade da Califórnia em Santa Cruz (USCS).

O seu texto “Manifesto de Ciborgue” – que é o texto principal do livro – foi escrito em 1985, no auge da Guerra Fria, e é possível dizer que hoje a obra se apresenta de forma mais atual do que no seu tempo. Ciborgue para Haraway é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção (HARAWAY in TADEU, 2000p. 26). Em sua teoria, os ciborgues já existem entre nós, são frutos da nossa intensa correlação com a tecnologia. Esse entrelaçamento não se manifesta apenas nos nossos corpos, como podemos observar na lista de Tomaz Tadeu, mas também nas nossas relações cotidianas e sociais. Se em 1985 Donna Haraway já observava essa co-dependência entre homens e máquinas, hoje essa constatação é mais do que comprovada. Hoje não há como os seres humanos viverem sem as tecnologias, eles dependem delas para trabalhar, manter uma boa saúde, estudar, lazer, se alimentar, sobreviver e até principalmente, se comunicar.

Através da teoria Haraway é possível também pensar, não somente em ciborgues, mas também em “Espaço Ciborgue”, que por sua vez, considera a contribuição tanto homem quanto das máquinas na construção espacial. O “território virtual” na qual se apresenta no ciberespaço não se configura, dessa forma, como descendente de um espaço

de conflitos sociais de poder, pois esses conflitos são produzidos de forma híbrida por máquinas e humanos. O ciberespaço passa a ser um território de conflitos, não sociais, mas ciborgues, de poder.

Talvez pareça absurdo pensar numa conjuntura tecnológica tão absurda. Um mundo onde tecnologia e ser humano estejam imaneamente relacionados pode assustar qualquer leigo sobre estudos de tecnologia, e até mesmo os mais estudiosos. Talvez seja a falta de discussão sobre o avanço medonho da tecnologia nas nossas vidas. Talvez, nossa sociedade ainda não esteja preparada para esse assunto, não esteve em 1985, e ainda não está em 2022. Talvez, nossas vidas de ciborgues já estão consolidadas e naturalizadas, que nem mais concebemos, o que seria uma distinção de organismo e tecnologia.

De uma coisa é certa, os conflitos do ciberespaço são conflitos ciborgues, ou seja, conflitos que são originários de interesses humanos e da influência das tecnologias de IA de formas coordenadas. Este ciberespaço é um ator condicionante das políticas em nossos tempos, sendo um instrumento influente de forma direta e indireta na democracia de alguns países. Estes países, hoje, demonstram estar passando por uma eventual crise democrática.

O que é incerto, por sua vez, pode ser concentrado em uma pergunta: Se o ciberespaço condiciona a política, e por consequência, a democracia, pode a democracia ser considerada uma “Democracia Ciborgue”?

4. O CIBERESPAÇO E A DEMOCRACIA NO BRASIL

Ser um ator condicionante, de nenhuma maneira pode ser entendido como um fator irrelevante, é ser a condição de fato para o surgimento e desenvolvimentos dos eventuais processos de mudanças sociais. É evidente que a internet revolucionou os setores da humanidade, e sua aplicabilidade nas diversas atividades sociais chega a ser quase absoluta.

Porém não se pode atribuir a culpa e a responsabilidade à uma técnica, muito menos a um conjunto delas. Entender esta perspectiva é a chave para pensar não só na crise atual da democracia como para entender quase todos os acontecimentos na qual possuem participação da internet. Para pensarmos como essa teoria se aplica na atualidade, obviamente precisamos identificar a crise da democracia e compreender suas motivações.

Na maioria das literaturas, o ponto inicial da crise da democracia atual, ou pelo menos o período em que se deram conta de que ela possivelmente possa estar ameaçada, corresponde às eleições Estadunidenses onde Donald Trump vence numa disputa bastante controversa.

A sua chegada representava uma espécie de pavor para com os cidadãos norte-americanos que minimamente defendem os valores democráticos. Donald Trump, um demagogo, ex-apresentador de TV, costumava incentivar atos de violência de seus partidários para com a oposição, era aplaudido por grupos extremistas e supremacistas, e seus discursos lembravam a discursos de políticos Fascistas da Segunda Guerra Mundial. Grandes são os motivos de pensar sua chegada a casa branca como um possível baque da democracia no mundo todo.

Todavia, a visão dos autores para o início desses eventos na verdade se restringe a suas particularidades espaciais, pois em suma, são estadunidenses, deste modo, é compreensível que comecem a discutir a partir deste evento. É possível destacar inúmeros pontos em que a democracia começa a sentir sintomas no mundo todo, em diversos períodos e localidades diferentes.

Deste modo, neste trabalho colocaremos como ponto de início dos sintomas da recessão democrática, os eventos brasileiros, que por sua vez, se desenvolveram muito antes das eleições dos Estados Unidos. Três pontos temporais serão discutidos: 1) Do período que se estende de 2013 com as jornadas de junho à 2016 onde culminou no impeachment de Dilma Rousseff; 2) O período da campanha eleitoral em 2018; 3) Período

do mandato de Jair Bolsonaro, de 2019 ao primeiro trimestre de 2022. É importante destacar também, que a improbabilidade de podermos discutir as diversas eventualidades no mundo todo, deste modo a análise se limita aos acontecimentos brasileiros. E esta perspectiva se mostra suficiente para discutir o objetivo deste trabalho, que é apresentar uma discussão de como o “ciberespaço”, dinamiza o cenário democrático, e discutir o seu papel durante a possível recessão democrática.

4.1. A construção da “nova direita” no Brasil

O professor de filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Newton Bignotto, é um dos poucos intelectuais que se aventuraram em busca estudar o caso da democracia brasileira entre 2010 e 2018, em seu livro, *O Brasil à procura da democracia: Da proclamação da República ao século XXI (1889-2018)*, utilizamos aqui a sua obra para conduzir nossa pesquisa acerca deste recorte.

O governo Lula (2003 – 2010) chegou ao fim com grande popularidade e também críticas, e mesmo dividindo a opinião de muitos, saiu com uma taxa de aprovação muito significativa. Sua sucessora, porém, não seguiu as expectativas atribuídas ao seu mentor. Dilma Rousseff acabou se tornando uma celebridade internacional no primeiro momento, quando os holofotes apontavam para a então sucessora do presidente responsável por tirar o Brasil do “mapa da pobreza”.

Foi no governo Dilma que o país vivenciou a primeira crise econômica depois do plano real, o Brasil até então estava se saindo bem, conseguindo lidar de forma muito eficiente com a crise do capitalismo de 2008. Porém, a crise econômica ocasionada em 2014 foi provocada por diversas medidas adotadas pela presidente, tais como: A desvalorização do real, a redução de juros, a contenção de gastos e investimentos públicos e uma política de desonerações tributárias. A economia do Brasil entrou em crise. A taxa de inflação acabou atingindo 6,75% em setembro, enquanto a taxa de crescimento anual do PIB estava estagnada em 0,5%. Além disso, a crise também foi gerada através de sabotagens da oposição, com “pautas bombas” que geraram gastos públicos.

A eventual crise econômica só iria se transformar em uma crise política, a partir do momento em que surgiram as manifestações de junho, que nasceram de protestos contra as tarifas de ônibus e rapidamente começaram a aumentar as reivindicações, como Bignotto assinala.

À medida que as mobilizações se multiplicam, as reivindicações passaram a incidir sobre as mazelas do Sistema Único de Saúde (SUS), sobre o fracasso de alguns programas de educação, sobre gastos com a realização da Copa do Mundo de futebol em 2014 (BIGNOTTO, 2020, p.207).

As jornadas de junho, como assim também eram chamadas, se popularizaram de forma colossal. Nas redes sociais e nas ruas, era proclamado que “O gigante acordou”. Vladimir Safatle, professor da USP e colunista da Folha de São Paulo, foi um dos grandes admiradores das manifestações, na qual defendia que o Brasil estava passando por um momento histórico:

Um dos traços mais evidentes do pensamento oligárquico- disse ele-, está em sua forma de descrever o povo e as massas. São normalmente representações de uma espécie de sonâmbulo que age de forma irrefletida e nunca escapa por completo de um estado de sonolência. Daí as injunções sobre o estado de anestesia do povo, de sua apatia e indiferença. No Brasil, tal pensamento está tão enraizado que o país costuma se ver a si mesmo como um gigante dormindo (SAFATLE apud BIGNOTTO, 2020, p. 210).

O caráter mais marcante dessas manifestações foi a utilização de redes sociais para mobilizar as pessoas a irem à rua. Talvez um dos autores que entenderam melhor todo esse evento, assimilando toda questão relacionada ao ciberespaço foi o jornalista brasileiro Leonardo Sakamoto. As redes sociais para Sakamoto foi o instrumento que proporcionou a manifestação e compartilhamento da revolta popular.

No dia 17 de junho de 2013, em solidariedade à ideia e repúdio à violência que manifestantes e jornalistas haviam sofrido com espancamentos e apreensões pela Polícia Militar dias antes, na quinta-feira, 13 de junho, foi responsável por levar mais de centenas de milhões às ruas de São Paulo. Era uma “massa heterogênea”, descontente, sob uma pauta bastante concreta e objetiva, que dias depois, em 19 de junho, foi atendida com a revogação do aumento na tarifa de ônibus informado pelo governador Geraldo Alckmin e pelo prefeito Fernando Haddad.

Dois dias antes, uma manifestação que reuniu mais de 200 mil pessoas, acabou por mudar o perfil dos que estavam protestando em favor da redução da tarifa. O chamado, feito via redes sociais, trouxe as próprias redes sociais para a rua. Quem andou pela Avenida Paulista percebeu que boa parte dos cartazes eram comentários retirados do Facebook e do Twitter.

As proporções foram tão grandes que gradativamente as manifestações foram tomadas por grupos de interesses diferentes. Em grande parte, as manifestações de junho possuíam um caráter progressista nos primeiros momentos, porém à medida que os atos se popularizaram e cada vez mais as manifestações cresciam, foram surgindo novos

grupos que abordaram pautas conservadoras e neoliberais. Sakamoto insiste em lembrar “que o Brasil é bem conservador – da “elite branca” paulistana à chamada “nova classe média” que ascendeu socialmente, tendo como referências símbolos de consumo (e a ausência deles como depressão)”. Tratava-se uma população com 93% a favor da redução da maioria penal, que adotam formas de pensar retrógradas, uma população que “é contra o casamento gay. Que tem nojo dos imigrantes pobres da América do Sul. Que apoia o genocídio de jovens negros e pobres nas periferias das grandes cidades”. Enfim, não é porque centenas de milhares foram às ruas por uma pauta justa que essa realidade mudou. (SAKAMOTO, 2013, n.p).

Esses grupos conservadores também se organizaram na internet para acompanhar esses atos. Com suas pautas paralelas, foram a convocação do sétimo ato (dia 20). Eram grupos minoritários chatos e violentos na paulista e arredores, com um discurso superficial. Grande parte deles adotavam a famosa camisa verde e amarela da seleção brasileira de futebol.

Fora do anonimato das redes sociais, esses grupos conseguiram se acomodar nesse ambiente, agindo da mesma forma que agiam no ambiente virtual. Alguns atacaram de forma verbal e até física, militantes de partidos e sindicalistas presentes no ato.

Sakamoto esclarece também que esses grupos não eram uma massa fascista e uniforme. Existia sim um pessoal da ultradireita – que tinha saudades da ditadura militar, que nas palavras dele, enxergavam o comunismo “em ovo e estava babando de raiva, louco para derrubar um governo”. Todavia, a maioria dos manifestantes da direita, tratava-se de jovens leigos politicamente agressivos e precariamente desinformados, indignados antes de tudo pela queda no padrão de consumo que ocorreu na gestão da presidenta. Possuíam, por sua vez, muita raiva e indignação, sobretudo pelas instituições tradicionais que representam a autoridade como um todo.

Com a demora de Alckmin e Haddad para tomar decisões e refrear as revoltas, a situação começou a se agravar, e com isso o aumento do descontentamento com a classe política.

“Que se vão todos”, pensam alguns desses jovens. “Não precisamos de partidos para resolver nossos problemas”, dizem outros, que não conhecem a história recente do Brasil. “Políticos são um câncer”, exclamam, colocando todo mundo no mesmo balaio de gatos (SAKAMOTO, 2013, n.p).

As manifestações cunharam uma espécie de extensão das provocações violentas que eram proferidas pela internet, aos poucos as manifestações possuíam muito mais uma

aparência de revolta popular generalizada contra a classe política e o governo, do que a luta por pautas legitimamente organizadas.

Um movimento em especial nasceu da herança das manifestações, o MBL. O movimento foi fundado em 01 do mês de novembro de 2014, e se denominava como um movimento de cunho liberal. Essencialmente no ano que o movimento nasceu, seu objetivo político era muito claro: Destruir o governo da Presidenta Dilma Rousseff. Seu site, por exemplo, www.movimentobrasillivre.org, possuía uma tendência voltada à construção do imaginário popular de que o Brasil possuía como inimigos, o PT e os partidos e movimentos de esquerda. Através de vendas de produtos como canecas e camisetas, e de doações, o movimento financiava os gastos com manifestações de rua. Cartazes e diversos tipos de materiais eram disponibilizados no site, para serem distribuídos online em redes sociais. Os líderes do partido também promoviam textos e vídeos no facebook, a fim de propagar os ideais do movimento. Galinari afirma que:

É através do site, que o MBL desenvolve as principais estratégias de convocação e mobilização – propagando uma ideologia de caráter neoliberal - para alcançar seu objetivo principal: alterar o cenário político se alinhando, ideologicamente, a forças políticas e entidades privadas, para viabilizar o impeachment no Brasil (GALINARI, 2017, p. 76).

Outro movimento de direita que surgiu no seio das manifestações foi o movimento Vem Pra Rua, que foi criado em outubro de 2014 voltado ao combate à corrupção no Brasil, possuindo um alinhamento aos ideais do MBL, além de ter possuído estreitas relações com o mesmo. O nome do movimento, vale citar, foi uma apropriação do hino “Vem pra rua” do Movimento Passe Livre.

Pouco se podia pensar sobre o que podia esperar da política brasileira na época, as perspectivas mais otimistas diziam que o Brasil estava criando o que alguns intelectuais defendiam como “uma nova forma de fazer política”.

Pouco antes da reeleição de Dilma, um escândalo de corrupção estourou no Brasil, envolvendo membros do governo, políticos de diversos partidos, empresários tradicionais e, principalmente, dirigentes da Petrobrás. O caso, descoberto pela Polícia Federal, que por sua vez batizou a operação de “Lava Jato” gerou uma grande perturbação na vida política brasileira, principalmente para os políticos envolvidos com o partido do PT. Assim como Bignotto relata, “o tema da corrupção, que sempre esteve na história brasileira, voltou a ocupar um lugar de destaque e se tornou uma acusação central dos grupos de oposição em relação ao governo do PT”. Outros fatores viam ganhando ênfase no debate do descontentamento político da população, como por exemplo, os gastos com

a realização da Copa do Mundo de 2014, as mazelas do Sistema de Saúde Único (SUS) e os fracassos de alguns problemas de educação. Pouco tempo depois, em 2014, a inflação do Brasil atingiu 6,75% em setembro, com uma taxa de crescimento do PIB em 0,5%. Em resumo, cada vez mais, o governo Dilma vinha se tornando o foco das manifestações

Aproveitando todo o embalo da crise, a classe política opositora, começou a se articular para anos mais tarde conduzirem o que ficou conhecido como o “golpe de 2015”. Quando Dilma assumiu a presidência na sua reeleição, sua popularidade, e sobretudo, sua gestão, já estavam imensamente abaladas. O Data Folha, apontou que o governo Dilma chegou a alcançar o índice de 65% de aprovação popular em março de 2013. Em junho do mesmo ano, sua popularidade desceu para 30%. Pouco depois de sua vitória nas urnas, o então candidato opositor, Aécio Neves do PSDB exigiu a anulação das eleições, por acusações de fraudes nas contagens de votos. “Os meses que se seguiram foram extremamente difíceis, e já anunciavam o colapso do governo”. Dilma chega assim com uma taxa de popularidade nas margens dos 12% no mês de abril.

Utilizando como elemento jurídico para o impeachment, a prática de “pedaladas fiscais”, que por sinal era inconsistente, uma vez que essa prática era comum entre presidentes anteriores, era evidente que as ambições dos agentes por trás desse golpe era de usurpar o poder de qualquer forma.

Além do MBL e do VPR, diversos outros grupos organizados menos relevantes também surgiram contribuindo com a campanha a favor do impeachment, como o perfil do Revoltados On Line (ROL) e o Movimento Contra a Corrupção (MCC). Não se pode tirar o mérito também dos jornalistas, tanto da mídia tradicional, quanto dos independentes, também os blogueiros e twitteiros, celebridades e principalmente, formadores de opinião do Youtube.

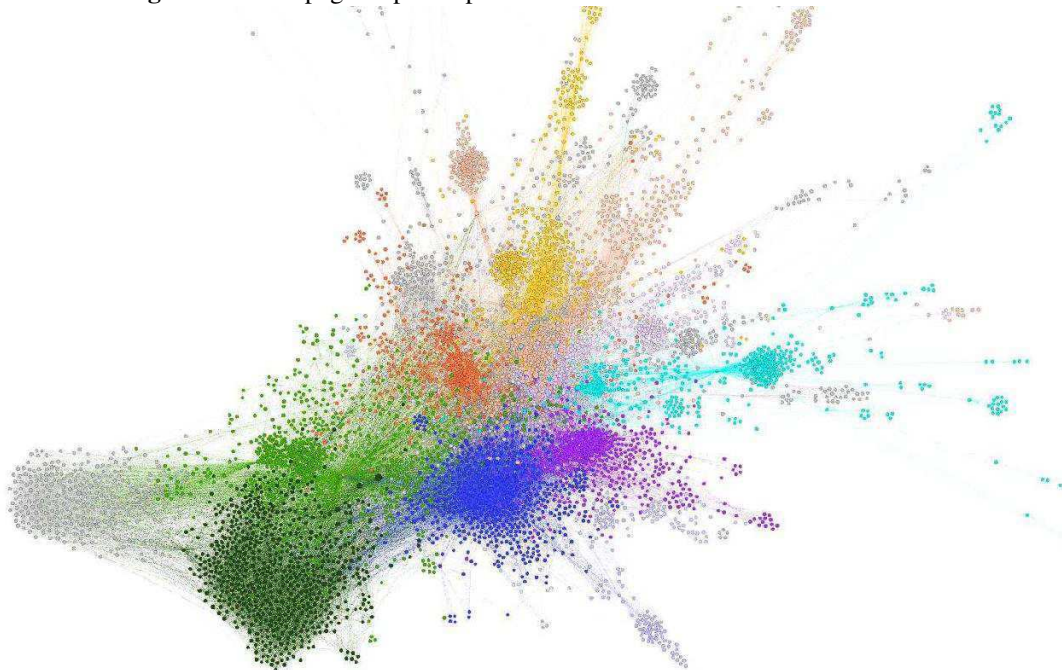
Entre 2015 e 2016, foram provocadas as manifestações de rua da direita, com os conhecidos panelaços e manifestações com a camisa da CBF. Estas manifestações foram promovidas por grupos conservadores, com o destaque aos movimentos articulados pelas redes sociais. É notório durante esse período pré-impeachment, a ofensiva da direita em disputar as ruas com o campo da esquerda.

Na época, deputado federal pelo sétimo mandato, Jair Messias Bolsonaro ganhava notoriedade através de trechos de vídeos em entrevistas publicadas e editadas no Youtube. Nestes vídeos, Bolsonaro aparecia em cortes disseminando ideias reacionárias e fascistas, criticando às vezes a corrupção, às vezes a decadência da segurança pública e defendendo a ditadura. Seus entusiastas o chamavam de “mito”, fazendo alusão à mitologia grega, o

comparando a uma espécie de herói, ou messias. Ele era reconhecido por ser um político “que falava na telha”, através de seus discursos de ódio cativou cada vez mais os grupos de direita insatisfeitos com o governo.

A popularidade de Bolsonaro foi subindo de forma avassaladora, logo ele começou a obter espaço para falar na TV aberta, que contribuiu por sua vez positivamente para seu reconhecimento. Em um artigo publicado em 2018, pela revista, o professor Cláudio Penteadó e a doutoranda Celina Lerner, apresentaram um painel mapeando a mobilização online durante o impeachment de Dilma.

Figura 1 - Rede páginas pró-impeachment de Dilma Rousseff no Facebook



Fonte: PENTEADO & LERMER (2018).

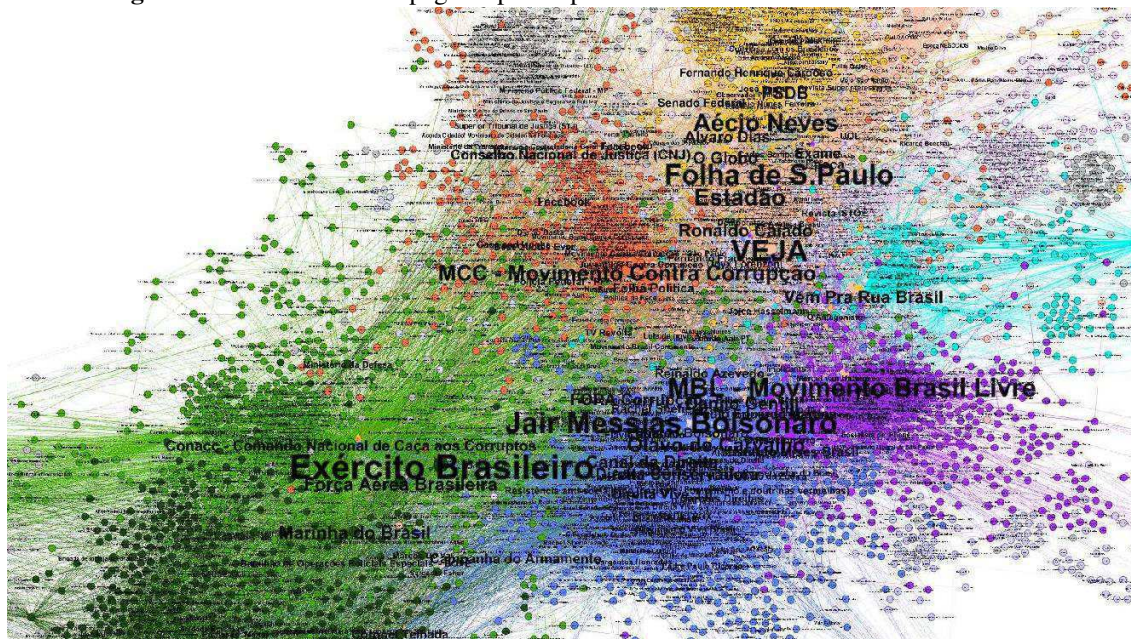
As comunidades observadas foram destacadas com cores diferentes. As páginas com pautas da direita conservadora estão localizadas no centro da rede, em azul, com 496 páginas. As páginas mais relevantes dessa comunidade são: Jair Messias Bolsonaro; Olavo de Carvalho; Danilo Gentili; Canal da Direita; FORA Corrupção; Direita Conservadora; Direita Vive 3.0; Campanha do Armamento; Eduardo Bolsonaro; e Reinaldo Azevedo. Em verde escuro, estão páginas ligadas às forças armadas e, em verde claro, páginas de caráter punitivista, em especial com relação ao PT e a Lula. As duas comunidades são produzidas pela Conacc - Comando Nacional de Caça aos Corruptos, que segundo os autores possuem “um comportamento bastante anômalo tendo curtido

sozinha mais de 2 mil páginas”. De qualquer forma, as ligações entre páginas da comunidade azul e as duas comunidades verdes estavam sempre muito fortes.

A comunidade roxa, também – com forte ligação com a comunidade azul – possuía mais de 381 nós, e concentrava páginas ligadas principalmente aos ideais liberais. As páginas de maior centralidade são: MBL - Movimento Brasil Livre; Instituto Mises Brasil; Paulo Eduardo Martins; O Reacionário; Marcel van Hattem; Implicante; SFLB - Students For Liberty Brasil; Movimento Endireita Brasil; Socialista de iPhone; e La Banda Loka Liberal. A comunidade turquesa, por sua vez, com 431 páginas, tinha como principal relação o movimento Vem Pra Rua. A página Vem Pra Rua Brasil era a página de maior centralidade, seguida de O Antagonista, blogs de ex-jornalistas da Veja, e as várias páginas locais do Vem Pra Rua.

Os veículos de imprensa tradicional estão representados de rosa, na parte superior da rede, na qual consistia na maior comunidade, com 810 páginas reunindo nomes como VEJA, Folha de S.Paulo, O Globo, Exame, Época e Portal R7, além de políticos ligados, principalmente ao partido DEM, como Ronaldo Caiado e Onyx Lorenzoni. Logo acima, está o grupo amarelo, com 404 páginas que manifestava forte ligação ao PSDB. As páginas de maior centralidade são: Aécio Neves, PSDB, Álvaro Dias, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Geraldo Alckmin, Carlos Sampaio, Aloysio Nunes Ferreira, Conversa com os Brasileiros e Observador Político. A comunidade laranja, com 359 páginas, estava relacionada ao MCC - Movimento Contra Corrupção. Além da própria página do movimento, as de maior centralidade são: Juventude Contra Corrupção, Movimento Contra Corrupção - São Paulo, Dia do Basta, Nas Ruas e Política na Rede.

Figura 2 - Detalhe da Rede páginas pró-impeachment de Dilma Rousseff no Facebook.



Fonte: PENTEADO & LERMER (2018).

Um dos perfis que possuíam uma grande relevância na articulação da nova direita que chegaria ao poder com a eleição de Bolsonaro em 2018 foi o do professor Olavo de Carvalho. Ex-astrólogo, e autoproclamado filósofo, foi talvez o maior disseminador de ideias e teorias conspiratórias que moviam a direita conservadora. Segundo João Cezar de Castro Rocha (2021, p. 43) “a ascensão da direita não é compreensível sem a ação positiva de Olavo de Carvalho”.

Assim ele discorre:

Essa afirmação certamente surpreenderá a muitos: ação positiva. A virulência e a agressividade sempre foram a marca registrada de Olavo desde seu ingresso no admirável mundo novo das redes sociais. Inicialmente, com o programa de rádio True Outspcak, em 2006, posteriormente no Curso Online de Filosofia (COF), iniciado em março de 2009, assim como em seu canal no YouTube, com mais de 1 milhão de inscritos, ou por meio de seu perfil no Facebook, com praticamente 600 mil seguidores, e, por fim, de sua conta no Twitter, que reúne quase 450 mil pessoas (ROCHA, 2021, p. 43).

Durante o crescimento dos movimentos conservadores ao longo da década de 2010, Olavo de Carvalho assumiu a “tarefa de contestar a hegemonia intelectual da esquerda no plano da cultura” (ROCHA, 2021, p. 44). Durante as manifestações antipetistas de 2015, um dos lemas mais utilizados pelos grupos conservadores era o famoso: *Olavo tem razão*. Que era estampado em camisetas, cartazes, repetido em unísono por conhecedores da doutrina olavista sobretudo através das redes sociais, assimilando fragmentos de ideias de postagens e tuítes mais lidos e compartilhados em

massa, na qual defendia teorias (não criadas por ele) como o “marxismo cultural”, e dos idiotas úteis.

O impeachment aconteceu em 17 de abril de 2016, e a sessão foi transmitida para a TV aberta e também em transmissões online pelo youtube. O evento foi marcado por homenagens dos deputados aos seus familiares, “cusparadas”, tumultos e até mesmo, homenagem a um torturador da ditadura. O professor Newton relata este momento em seu livro com muita precisão:

os brasileiros assistiram, ao vivo, a uma longa sessão do parlamento em Brasília, durante a qual mais de quinhentos deputados votaram contra a perda do mandato de Dilma Rousseff ou a favor dela. No entanto, em vez de se referirem às razões jurídicas ou mesmo políticas para suas decisões, os deputados preferiram mandar mensagens aos membros de suas famílias, abordar questões religiosas evocando abundantemente o nome de Deus e revelando até suas preferências gastronômicas. Bolsonaro, então um obscuro membro da câmara por mais de 28 anos, preferiu elogiar o carrasco da presidente, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável pela tortura de Dilma, prisioneira política durante a ditadura militar. Abria-se uma brecha que serviria não para a renovação da política brasileira em sua caminhada em direção a mais justiça e igualdade, mas para o fortalecimento de todos os movimentos extremistas, que pregam abertamente o retrocesso do país nos campos social, moral, legal e político (BIGNOTTO, 2020, p. 216)

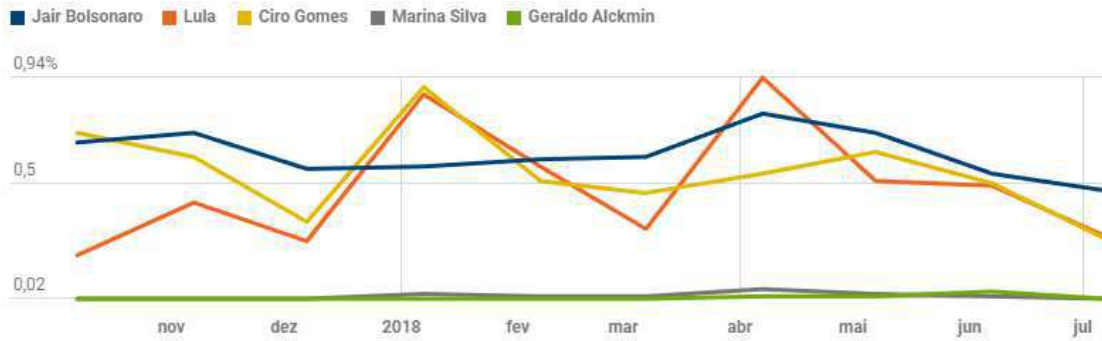
Temer assume a presidência e dois anos mais tarde (2018), Bolsonaro chega ao poder, por meio de uma competição eleitoral extremamente acirrada e hostil.

4.2. O Capitão chega ao poder

Em 2018, a presença digital de Bolsonaro era infinitamente maior que a dos outros candidatos. Segundo o site Poder 360, “Em 9 meses, número de seguidores de Bolsonaro cresceu mais de 90%”, porém, parte de seu crescimento é atribuído à presença de robôs (GOMES, 2022). Assim dizia a notícia:

Desde outubro de 2017, a base de seguidores do pré-candidato a presidente Jair Bolsonaro (PSL) nas redes sociais cresceu drasticamente. No Instagram o aumento foi de 98,77% e, no Twitter, o acréscimo foi de 90,48%. No entanto, 33,8% de seus seguidores no Twitter são robôs. O Facebook foi a que menos sofreu alteração: 1 crescimento de 17,30% (GOMES, 2022).

Segundo o site, o engajamento promovido pelos seguidores de Bolsonaro é o maior entre os outros candidatos, onde possui uma interação média no Twitter de 0,64%. Vale lembrar que no Twitter, a candidata Marina Silva era dona do primeiro lugar no ranking do maior número de seguidores entre os candidatos, porém, estranhamente possuía uma interação bem menos relevante. Como mostrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - evolução da interação dos seguidores dos pré-candidatos em %

Fonte: Poder 360.

Não só no Twitter, mas também em diversas redes sociais, Bolsonaro fica à frente dos demais. No Instagram, Bolsonaro possuía 1.250.237 seguidores, enquanto segundo colocado, Lula (PT), possuía apenas 273.472 seguidores. No Facebook, Bolsonaro liderava com uma diferença de 1,95 milhão de seguidores.

O site também revela que Bolsonaro não é o único a utilizar robôs. Segundo o centro de pesquisa do “Internet Lab” Marina Silva (Rede), possuía 36,2% de bots como parte de seus seguidores, cerca de 693.313 perfis “automatizados”. O candidato com o maior percentual de bots era o Álvaro Dias (Podemos): 64,3%, e o que menos possuía era Guilherme Boulos (Psol), com a presença de 14% de bots:

Gráfico 2 - Porcentagem de bots por candidatos

Fonte: Poder 360

Bolsonaro havia consolidado uma estratégia digital que estava a anos-luz à frente da esquerda brasileira. Segundo Patrícia Campos Mello, o visionário por trás dessa

campanha foi o seu filho, Carlos Bolsonaro, que através de suas observações sobre as formas que os populistas mundo afora conquistaram o poder, acabou concluindo que a propaganda através das “redes sociais passaria a ser crucial em campanhas políticas” (MELLO, 2020, p. 22). Dessa forma, discorre a autora:

Ao longo dos anos, Carluxo, à frente da estratégia digital do pai, estimulou a criação de uma infinidade de grupos no WhatsApp e no Facebook e identificou influenciadores, as pessoas mais ativas na difusão e criação de mensagens. Jair Bolsonaro e os três filhos políticos também se transformaram em influenciadores digitais, documentando pelo YouTube e pelas mídias sociais suas vidas e se comunicando diretamente com seus apoiadores (MELLO, 2020, p. 22).

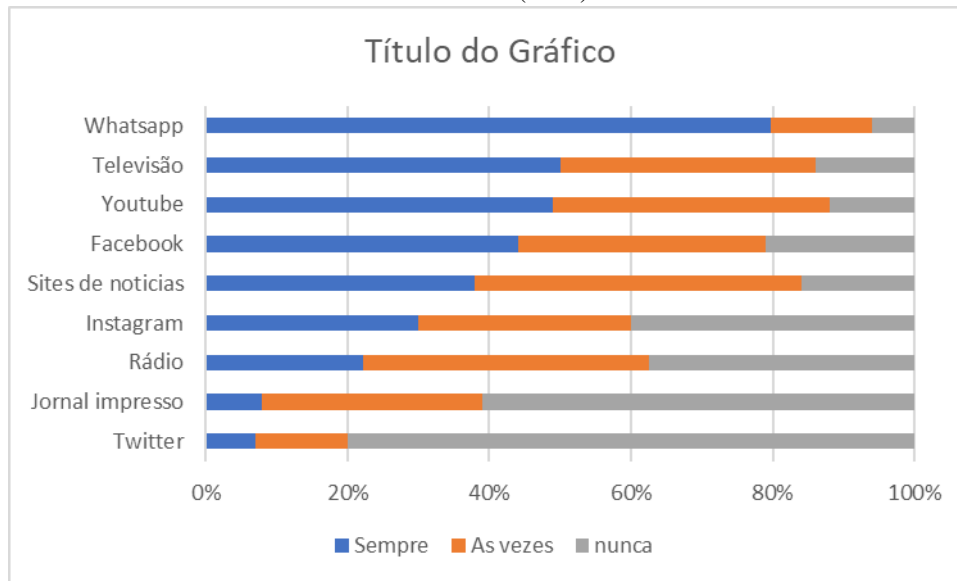
O WhatsApp também foi uma plataforma de extrema importância para a propaganda bolsonarista, se não, a peça chave da abordagem do Carlos Bolsonaro. No decorrer dos anos, com a divulgação em massa de conteúdos através do aplicativo de mensagens e Facebook, foram se construindo grupos de militantes digitais, construindo por sua vez um exército digital – pronto pra agir no território intitulado ciberespaço (MELLO, 2020, p. 22). Dessa forma Mello descreve como funcionava a estratégia por trás da plataforma:

Os grupos funcionam como listas de transmissão, em que os administradores, aqueles que criaram o grupo, mandam mensagens para os 256 integrantes, número máximo permitido pelas regras da ferramenta. Se uma pessoa acessou um link para se inscrever em um grupo, ela tende a ter um viés de confirmação, ou seja, está predisposta a acreditar no conteúdo que vai receber. Integrantes do grupo, por sua vez, distribuem esse conteúdo para familiares e amigos (MELLO, 2020, p. 22).

Segundo uma notícia da Folha de São Paulo, baseada em dados de uma pesquisa realizada pela Ideia Big Data com 1160 entrevistados, 52% das pessoas confiam em notícias enviadas em mídias sociais por familiares, e 43% confiam naquelas enviadas por amigos (2 EM, 2019).

A eficiência da disseminação notícias através do WhatsApp é assustadoramente grande. Numa pesquisa divulgada pelo Senado Federal em 2019, 79% dos brasileiros utilizam o aplicativo com frequência para obter acesso de informação, em seguida vem a televisão com 50%, YouTube com 49%, Facebook com 44%, sites de notícias com 38% e rádio com 22% (MAIS, 2019). Vide o gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Frequência de utilização dos principais veículos de informação, segundo dados do SENADO FEDERAL (2019)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O caso da candidata Marina Silva durante os debates eleitorais foi ilustrado por Mello, e mostra de forma bastante emblemática a atuação do WhatsApp. No debate de 17 de agosto de 2018, no canal Rede TV, a então candidata questionou uma das falas de Jair Bolsonaro que circulava na internet a muito tempo, na qual ele defendia a desvalorização salarial das mulheres, pela justificativa delas poderem engravidar. Assim, logo após o debate, um bombardeio de notícias falsas e memes que ridicularizavam a candidata era disseminado.

Várias Fake News foram divulgadas durante a campanha. Entre elas, as notícias de que: o PT teria distribuído mamadeiras eróticas em creches; a jovem que foi marcada com uma suástica, que na verdade tinha se automutilado; a suposta agressão de Ciro Gomes a Patrícia Pillar; e também a foto editada que dizia que Fernando Haddad convidou Jean Wyllys para ser ministro da Educação.

Entre muitas outras notícias falsas, uma em especial se tornou a mais compartilhada, na qual afirmava que uma urna eletrônica completava automaticamente o voto no candidato Fernando Haddad logo ao digitar o número 1, que por sua vez chegou a ser compartilhada 732 mil vezes (MELLO, 2020, p.26).

No dia 18 de outubro, a Folha de S. Paulo publicou uma reportagem que alegava o financiamento de empresários na campanha contra PT através do WhatsApp, produzido pela própria Patrícia Campos Mello. Segundo sua própria descrição:

A matéria revelava que empresas se preparavam para comprar, de agências de marketing digital, pacotes de disparos em massa no WhatsApp de mensagens contra o PT e planejavam uma grande operação na semana anterior ao segundo turno. Prática ilegal tanto por se tratar de doação de campanha por empresas quanto por não ter sido declarada ao TSE, conforme exige a legislação (MELLO, 2020, p. 30).

Segundo uma proposta de serviço que obtiveram na ocasião, as agências de Marketing ofereciam pacotes por 0,08 centavos a 0,12 centavos por cada mensagem disparada, definida pela lista de contatos obtidos pelo político ou partido. A organização do serviço era extremamente profissional e eficiente. As bases podiam ser segmentadas por região geográfica, renda, gênero entre outras características.

As três principais empresas responsáveis pelo serviço eram a Quickmobile, Yacows e Croc Services. As empresas ofereceram serviços para diversos candidatos. Geraldo Alckmin, por exemplo, recebeu a proposta da Croc Services, na qual ofereceu o envio de dezenove mensagens com conteúdo diferente para 10 milhões de números de celulares, fornecidos pelo próprio candidato, por pouco mais de 1 milhão de reais. Segundo o partido, eles contrataram apenas a opção do serviço a partir dos contatos de telefones de militantes e membros do PSDB e de apoiadores que concederam seus dados nas redes do candidato, que por sua vez, não ilegal.

Outros candidatos também contrataram serviços de empresas semelhantes, entre eles Henrique Meirelles, Fernando Haddad e Bolsonaro. Segundo o artigo da Folha, a empresa AM4 Brasil Inteligência Digital se fazia presente na prestação de contas do candidato como tendo recebido R\$ 115 mil para mídias digitais.

A empresa alega que não trabalha com esse tipo de segmento, e mantém somente grupos de WhatsApp para denunciar fake news, listas de transmissão e grupos estaduais, que eram chamados de comitês de conteúdo.

Porém, através da apuração da Folha em conversas com ex-funcionários da empresa, foi descoberto que os serviços da AM4 também era a geração de números estrangeiros por sites de terceiros.

Funcionários e voluntários utilizavam dezenas de números com estes, para administrar grupos ou participar deles. Com os códigos de área de outros países, esses funcionários burlavam os filtros de spam e as limitações pelo WhatsApp. A empresa chegava a customizar o conteúdo de publicações através de algoritmos.

A reportagem acabou se tornando popular, ao ponto de forçar o depoimento de Bolsonaro, na qual alegou: “Eu não tenho controle se tem empresário simpático a mim fazendo isso. Eu sei que fere a legislação. Mas eu não tenho controle, não tenho como

saber e tomar providência” (BOLSONARO, 2018). Em seguida, os bolsonaristas começaram a contestar nas redes sociais sobre a reportagem, subindo as tags #CadêAsProvas e #MarqueteirosDoJair no Twitter. Bolsonaro chegou a abrir um processo contra a Folha e a autora, exigindo que a folha quebrasse o sigilo de das fontes assegurada pela constituição, na qual acabou perdendo por sete votos a zero.

Mello relata também em seu livro o esforço de colher informações sobre a atuação de diversas outras empresas, que propagavam disparos em massa de conteúdos políticos, sobretudo, sendo favoráveis a Bolsonaro. Mello diz ainda que houve várias tentativas de denúncias desses tipos de práticas, sendo baseadas em fontes seguras. A jornalista traça uma campanha para desmascarar essas empresas, porém obteve êxito, na qual estranhamente os processos pareciam serem observados com desdém pelo TSE. Em resumo, as eleições de 2018 foram travadas através da atuação sigilosa dessas empresas, sem mesmo serem responsabilizadas por esses crimes.

Existem até indícios de que a Cambridge Analytica também contribuiu nesses bombardeios de Fake News. Segundo o site #Colabora, Bolsonaro teria tentado contrato com a empresa, porém foi renegado. A empresa teria supostamente recusado o contrato pelo fato de Bolsonaro ser associado a extrema direita, tendo risco assim, de ser associado a campanha de Trump (#COLABORA, 2018). Porém, existem muitas outras pistas que interligam Bolsonaro à Cambridge Analytica, sobretudo durante os atos do #EleNão no dia 29 de setembro (AS, 2018).

As manifestações do #EleNão foi considerada a maior manifestação de mulheres da história do Brasil, sendo motivada em repúdio ao candidato Jair Bolsonaro. As manifestações ocorreram em mais de 114 cidades, com números incertos, e mesmo sendo ligada principalmente à esquerda, o ato englobou todos os espectros políticos (ROSSI et al., 2018).

Segundo a BBC, as redes sociais foram os instrumentos principais para a organização do movimento. A ideia do movimento teria saído de um grupo de Facebook chamado Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, que na época possuía 3,88 milhões de membros. Com o movimento sendo espalhado pela internet, "Mulheres, anônimas e famosas, brasileiras e estrangeiras, começaram a postar a hashtag nas redes sociais - entre elas, a cantora Madonna”. Até homens também aderiram (ROSSI et al., 2018). Durante o dia das manifestações, houve um bombardeio coordenado de Fake News e conteúdo de ódio contra o movimento.

Enquanto se popularizavam “fofocas” durante a campanha eleitoral, que vão desde os memes dos debates, ao atentado contra Bolsonaro em Minas Gerais, uma camada mais profunda de crimes e manipulações cibernéticas eram fomentadas a todo vapor.

Depois da vitória de Bolsonaro no primeiro turno (46% dos votos), o candidato Fernando Haddad acusou seu adversário de promover um “complô” para vencer as eleições através de bombardeios em massa de Fake News pelo WhatsApp. O candidato levou a denúncia ao TSE, porém seu julgamento foi indeferido (HADDAD, 2018).

Por ocasião da "facada", Bolsonaro não participou dos debates do segundo turno, e acabou vencendo as eleições com 55,13% dos votos.

4.3. Democracia entre o autoritarismo e a Pandemia.

Mesmo não existindo um sistema de alarme, os autoritários podem ser reconhecidos facilmente através de seus comportamentos. E para isso Levitsky e Ziblatt propõem quatro indicadores de comportamento autoritário baseado em um renomado cientista chamado Juan Linz.

Um político que se encaixe em ao menos um desses indicadores, devem ser observados com preocupação. E com frequência, os políticos que tendem a ser classificados como autoritários de acordo com o esquema proposto, são os “*outsiders* populistas”, que na visão dos autores, os populistas são “políticos anti establishment – figuras que, afirmando representar a ‘voz do povo’, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora”. (LEVITSKY, 2018, p. 32)

Quando populistas alcançam o poder geralmente tendem a investir contra as instituições democráticas, como houve nas experiências da Bolívia, Equador, Peru e Venezuela entre os anos de 1990 e 2012. Todos os quinze presidentes durante essa época foram *outsiders* populistas.

Tabela 1 - Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário.

<p>1. Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas:</p>	<p>Os candidatos rejeitam a Constituição ou expressam disposição de violá-la?</p> <p>Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições, violar ou suspender a Constituição, proibir certas organizações ou restringir direitos civis ou políticos básicos?</p> <p>Buscam lançar mão (ou endossar o uso) de meios extraconstitucionais para mudar o governo, tais como golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massa destinados a forçar mudanças no governo?</p> <p>Tentam minar a legitimidade das eleições, recusando-se, por exemplo, a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito?</p>
<p>2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos</p>	<p>Descrevem seus rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente?</p> <p>Afirmam que seus rivais constituem uma ameaça, seja à segurança nacional ou ao modo de vida predominante?</p> <p>Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários como criminosos cuja suposta violação da lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificaria sua participação plena na arena política?</p> <p>Sem fundamentação, sugerem que os seus rivais sejam agentes estrangeiros, pois estariam trabalhando secretamente em aliança com (ou usando) um governo estrangeiro – com frequência um governo inimigo?</p>
<p>3. Tolerância ou engajamento à violência</p>	<p>Têm quaisquer laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outras organizações envolvidas em violência ilícita?</p> <p>Patrocinaram ou estimularam eles próprios ou seus partidários ataques de multidões contra oponentes?</p> <p>Endossaram tacitamente a violência de seus apoiadores, recusando-se a condená-los e puni-los de maneira categórica?</p> <p>Elogiaram (ou se recusaram a condenar) atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo?</p>
<p>4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia</p>	<p>Apoiaram leis ou políticas que restrinjam liberdades civis, com expansões de leis de calúnia e difamação ou leis que restrinjam protestos e críticas ao governo ou certas organizações cívicas ou políticas?</p> <p>Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil ou na mídia?</p> <p>Elogiaram medidas repressivas tomadas por outros governos tanto no passado quanto em outros lugares do mundo?</p>

Fonte: LEVITSKY 2018.

Como democracias não podem banir partidos ou proibir candidatos de concorrer às eleições, a responsabilidade de “separar o joio do trigo” é dos partidos e líderes partidários, que os autores chamam de “os guardiões da democracia. Manter autoritários em potencial fora das chapas, erradicar extremistas nas bases de suas fileiras, evitar alianças com partidos antidemocráticos são meios de combater a ascensão de autoritários,

porém uma medida essencial é frisada por Levitsky e Ziblatt, a aliança de partidos para forjar uma frente única para derrotá-los. Assim como eles citam Linz, os democratas devem estar dispostos a “juntar-se com oponentes ideologicamente distantes, mas comprometidos com a ordem política democrática” (LINZ, 1978, apud LEVITSKY, 2018, p. 35).

Nenhuma dessas alternativas foram adotadas no cenário político brasileiro, Bolsonaro venceu as eleições ainda que possuísse todos os critérios do quadro dos quatro principais indicadores de comportamento autoritário.

Mas se observarmos o nosso exemplo brasileiro, podemos constatar que Jair Bolsonaro se adequa perfeitamente ao modelo proposto pelos autores, e sem exigir muito esforço, podemos facilmente colocar sua trajetória de falas durante todo o período de ascensão, de campanha e até mesmo depois de sua eleição.

Talvez um erro do professor Newton em seu trabalho, seria o de destacar Bolsonaro como um expoente obscuro entre os parlamentares. Muito antes do impeachment o próprio já vinha ganhando uma popularidade que crescia vertiginosamente, e era sempre reconhecido com seus discursos de ódio, e admirado por seus fãs como um homem que falava a verdade, e que não tinha medo de desafiar a mídia, ou seja, lá quem se colocasse contra suas perspectivas conservadoras, preconceituosas e autoritárias.

Tudo isso pode ser verificado em redes sociais e plataformas da internet como o Youtube ou Facebook. Em 2015 quando sua fama começou a atrair holofotes, bastava escrever a palavra “Mito” no google ou no Youtube, que logo apareciam inúmeros vídeos fãs reunindo falas sensacionalistas, entrevistas em programas de TV, e opiniões controversas de youtubers da época que defendiam sua atuação e o apoiaram durante a campanha eleitoral

Levitsky e Ziblatt em seu livro, discutem a proximidade das características e pronunciamentos de Trump durante sua campanha eleitoral com o comportamento autoritário. Podemos aqui fazer algo parecido, utilizando a figura do Bolsonaro. Mesmo sendo quase impossível descrever todos os fatos e questões voltadas ao governo Bolsonaro durante três anos, podemos citar alguns apontamentos que ajudam a fazer um link do comportamento autoritário com o próprio comportamento de Bolsonaro.

Assim como fazia parte das revoltas da direita brasileira, uma das promessas de campanha de Bolsonaro era o combate à corrupção, sua campanha foi em maior parte, focada no “antipetismo”. Porém, já no início de seu mandato em 2019, algumas

evidências apontavam o contrário. Logo em janeiro o presidente acabou tendo grandes dores de cabeça com as suspeitas de prática de “rachadinha” na qual até hoje continua em processo. Mais tarde, em fevereiro, a Polícia Federal e o MPF iniciaram a apuração de denúncias de candidatos laranjas do PSL nas eleições com intuito de desviar recursos eleitorais. Com estas e outras questões condicionantes de seu governo, muito podia ser especulado que Bolsonaro não terminaria seu mandato, além da grande pressão da mídia por consequência de seu constrangedor desempenho nas diversas áreas administrativas do governo, desde os erros de português em declarações do MEC a seu vexame em Davos.

Aos poucos, algumas características do espectro político do governo começaram a ser produzidas no espaço geográfico. É quando os efeitos dos processos iniciados no ciberespaço ganham materialidade e se pronunciam na esfera pragmática da vida.

Em abril do mesmo ano, militares do exército brasileiro dispararam mais de 80 tiros contra um carro. O veículo levava uma família, na região da Vila Militar, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. O incidente resultou na morte de um homem, e duas pessoas feridas (PAULUZE e NOGUEIRA, 2019). Segundo alguns dados, a letalidade policial em 2019 teve um aumento considerável, onde no primeiro semestre de 2019, mais de 2886 pessoas foram mortas por policiais, 120 a mais que em 2018 no mesmo período (MONITOR, 2019).

Logo em fevereiro, o ministro da justiça e segurança pública, Sérgio Moro, apresentou o projeto conhecido de “pacote anticrime”, o projeto consistia em promover alterações em 19 trechos de 14 leis diferentes, com o objetivo de combater a corrupção, ao crime organizado e a crimes violentos. No entanto, a comunidade jurídica, bem como os grupos da oposição, denunciaram o projeto na justificativa de que ele tinha características autoritárias e fascistas, o pacto poderia ser considerado como um “castrador de direitos consolidados ao longo dos séculos”, como disse Antônio Carlos de Almeida Castro, um dos principais advogados criminalistas do país, em uma entrevista à BBC News (SHALDERS, 2019). O pacote anticrime agravou ainda mais o nível de violência policial no país.

Com sua chegada ao poder, Bolsonaro continuou sua tradicional prática de atacar as mídias. Acontece que Bolsonaro já possuía nas redes sociais uma grande rede de seguidores e inscritos em diversos canais, onde foram os mesmos que o ajudaram a se eleger. Em seu canal do Youtube, Bolsonaro possui mais 3 milhões de inscritos, passando na frente de todos os seus adversários políticos, inclusive do Lula que fica em segundo lugar com pouco mais de 317 mil inscritos. Enquanto grande parte da mídia tradicional

era voltada à oposição do governo, Bolsonaro mantinha uma comunicação estável com seus eleitores através de transmissões ao vivo no Youtube junto de sua equipe, discutindo e fazendo seus pronunciamentos. Estas transmissões foram causadoras de vários escândalos no governo, como as acusações de saudações supremacistas feitas pelo presidente e os participantes da transmissão. Bolsonaro também adotou a estratégia de seu ídolo Donald Trump na qual costumava fazer declarações através do Twitter. Se na mídia, Bolsonaro era pressionado, por sua vez, Bolsonaro se defende pela internet.

Bolsonaro não só influenciou no crescimento da direita no Brasil, como também no crescimento de grupos neonazistas. Já em 2020, o secretário Roberto Alvim, do Ministério nacional da Cultura, se pronunciou com um discurso semelhante ao de Hitler. Com um fundo musical de Richard Wagner – compositor preferido de Hitler – e o comprometimento com uma arte brasileira que nas suas palavras “será heroica e será nacional (..), posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo – ou então não será nada (SECRETÁRIO, 2020). O discurso era claramente inspirado na propaganda de Joseph Goebbels, o Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista. O secretário acabou sendo afastado, porém esse evento apenas ilustrou uma tendência cada vez mais forte do governo.

Segundo alguns levantamentos da Safernet, ONG voltada à promoção dos direitos humanos na internet no monitoramento de sites radicais, em maio de 2020 foram criadas 204 novas páginas neonazistas ante 42 no mesmo mês do ano passado e 28 em maio de 2018 (ALESSI e HOFMEISTER, 2020).

Bolsonaro em seu governo caminhava dando passos largos na direção de decisões autoritárias, isso se mostrava evidente na manipulação de cargos da polícia federal, onde ele costumava trocar delegados que agiam nas investigações das suspeitas de rachadinhas envolvendo seu filho e membros de seu governo (GESTÃO, 2021). No final de outubro, durante uma entrevista, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (seu filho) afirmou que, “se a esquerda radicalizar”, o governo iria responder através de um AI-5, o Ato Institucional 5 baixado durante a Ditadura Militar, na qual foi considerado o maior ato de repressão do regime (MAZUI, 2019).

Em 2020 com o advento da pandemia, pouco mudou na postura do presidente, e as suas características autoritárias continuaram a crescer. Durante o mês de março, ele fez uma série de pronunciamentos em rede nacional de rádio e televisão sobre o coronavírus no Brasil. Bolsonaro utilizou os pronunciamentos para criticar prefeitos e governadores, propondo a abertura de comércios e uma postura menos rígida no combate à pandemia.

A primeira morte em razão do vírus ocorreu no dia 12 de março, e mesmo assim, ele afirmou que em algumas ocasiões afirmou que não havia “motivo para pânico” chamando o vírus de “gripezinha”. A crise da Pandemia possibilitou por sua vez um avanço de grupos negacionistas na internet, que negavam a existência do vírus ou sua letalidade, criticando por sua vez as políticas de quarentena. Grande parte da classe política do país acabou acatando essas “desinformações”, a base de Bolsonaro no governo por sua vez estava quase que completamente alinhada a esses grupos negacionistas. O seu próprio Ministro da Saúde, Mandetta, foi um opositor das vontades desumanas de Bolsonaro de preservar a economia ao invés da vida de milhões de brasileiros.

Bolsonaro era acusado por muitos, de negligenciar o combate a proliferação do vírus no país, porém, poucos fatos temos para concluir isso, na verdade tudo indica que ele pretendia potencializar a crise de saúde. Em abril, o ministro da saúde foi demitido da pasta, justo em um período de maior necessidade em relação aos serviços do serviço público de saúde. Segundo a Jovem Pan:

Mandetta e o presidente entraram em rota de colisão em razão de divergências sobre a forma de conduzir o país durante a pandemia. O ministro defendia o isolamento social, enquanto o chefe do governo federal se preocupava com a retomada da atividade econômica. Em um discurso no Palácio do Planalto, Bolsonaro afirmou que a demissão foi um “divórcio consensual” (SIQUEIRA, 2020).

No final de abril as mortes por coronavírus tinha ultrapassado mais de seis mil, após 29 dias de tomar posse como substituto no ministério da saúde, Nelson Teich renunciou ao cargo alegando que estava sofrendo pressão para apoiar a utilização de um medicamento usado no tratamento e profilaxia de malária chamado Cloroquina, para o combate da pandemia do coronavírus, sem nenhuma comprovação científica.

Pouco antes da saída de Nelson Teich, o ministro Sérgio Moro tinha se demitido. Bolsonaro estava perdendo muita popularidade e influência política de uma forma muito rápida, enquanto seguia pronunciando ataques contra o STF acusando de perseguição e de praticarem o que seria uma “ditadura do Judiciário”. Toda a conturbação do governo em 2020 ficou completa, quando seus apoiadores liderados por uma *influencer digital* chamada Sara Winter formaram o que seria chamado de os “300 do Brasil” (fazendo analogia aos 300 de Esparta), na qual ganhou projeção nacional ao acampar na Esplanada dos Ministérios em Brasília e pedir o fechamento do Congresso Nacional e a saída de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). Segundo a UOL, o grupo possuía representantes armados e “entre seus membros, a propaganda é de simulação de

treinamento militar. Vídeos publicados nas redes sociais mostram os participantes, chamados de soldados, enfileirados dando gritos em referência ao filme "300", sobre a Grécia Antiga, que também originou o nome do acampamento (BORGES, 2020).

Bolsonaro seguiu firme em sua estratégia reconhecida mundialmente como genocida, chegando a desautorizar compras de vacinas. Hoje as mortes já superaram mais de 439 mil. Com a chegada das vacinas, o presidente Bolsonaro fez várias declarações se colocando contrário às vacinas e aderindo ideias negacionistas, como as negações da eficácia da vacina, e de supostos efeitos colaterais. O governo Bolsonaro chegou a 2021 de forma desastrosa, sendo investigado também pela CPI da Covid.

A CPI da Covid foi uma vitória da oposição contra o governo, mesmo com o investimento massivo na busca do apoio dos políticos do “centrão”, a CPI obteve resultados bastante fortes. Criada em abril de 2021, a CPI tinha como objetivo investigar supostas omissões e irregularidades do governo federal durante a pandemia, diversos parlamentares e representantes do governo foram investigados e responsabilizados por determinadas ações durante o período.

Ainda continuando com seus ataques aos valores democráticos, Bolsonaro voltou a criticar a legitimidade do processo eleitoral do Brasil, onde acusou de existir fraudes nas eleições e alegando que: “se nós não tivermos o voto impresso em 22, uma maneira de auditar o voto, nós vamos ter problema pior que os Estados Unidos” (BOLSONARO, 2021). O Ataque à legitimidade do processo eleitoral do país, foi peça chave nos seus discursos de campanha, defendendo sempre o voto impresso como uma alternativa à urna eletrônica, que segundo ele seu eleitorado conspiracionista, é uma tecnologia que proporciona fraudes.

Em setembro de 2021, Bolsonaro voltou a atacar o sistema eleitoral brasileiro, incluindo integrantes do STF e prefeitos e governadores que tomaram medidas de combate ao coronavírus, na qual se retratou posteriormente.

Voltando a uma política econômica de um certo nível desumana, em fevereiro foi indicado a Petrobrás o General Joaquim Silva e Luna a presidência da estatal. Como resultado, a política de preços da Petrobrás foi modificada posteriormente para o alinhamento com o preço internacional do petróleo, fazendo aumentar consideravelmente os preços da gasolina e do gás de cozinha. Não se resumindo na economia do famoso “ouro negro”, Bolsonaro também possibilitou o crescimento desenfreado da agroindústria do Brasil. De janeiro a novembro de 2021, as exportações do agronegócio batem recorde

atingindo o valor de US\$ 110,7 bilhões. Em consequência, as fronteiras agrícolas cresceram, passando por cima de áreas preservadas e territórios indígenas.

O meio ambiente foi extremamente ameaçado durante o governo Bolsonaro. Não só a atuação da agroindústria, mas também, cada vez mais a atividade de garimpo ilegal cresceu exponencialmente, provocando fortes problemas ambientais. Como se não bastasse, Bolsonaro flexibilizou e distribuiu autorizações de garimpos em territórios proibidos, promovendo ainda mais a prática lesiva (ALTINO, 2022).

O governo Bolsonaro se apoiou massivamente na utilização do ciberespaço para manter sua área de influência e seu eleitorado, diante de diversos escândalos, Bolsonaro continua no poder chegando ao seu último mandato acumulando um recorde de pedidos de impeachment. Mesmo conseguindo manter uma base estável de apoiadores, Bolsonaro vem perdendo popularidade em níveis consideráveis.

Segundo as pesquisas, em 04 de maio de 2021 Bolsonaro seguia com 29,58% das intenções de votos, e Lula, 29,51%, todavia segundo as últimas pesquisas, Lula ultrapassou chegando aos 42,71% e Bolsonaro diminuiu para 26,01% (ÍNDICE, 2022).

A perda de influência de Bolsonaro vem sendo gradativa, na qual vem cada vez mais adotando medidas mais moderadas, e menos polêmicas. Na preocupação com sua perda de popularidade, o presidente vem desde o final de 2021 focado na busca de sua reeleição adotando “pacotes de bondade” como projeto do Auxílio Brasil. Além disso, Bolsonaro também luta para manter seu eleitorado no ciberespaço. Dos anos que se seguiram a sua posse, foi despertada de forma gradativa, a consciência sobre os problemas consequentes da internet, bem como, uma série de esforços, não só para frear esses problemas, esses esforços não só foram feitos pelo poder judiciário como também pelas plataformas populares, como resultado das pressões políticas por consequência dos escândalos exteriores.

Esses esforços começaram com o surgimento da CPMI das Fake News, criada em setembro de 2019, para investigar a existência de uma rede de produção e propagação de notícias falsas nas redes sociais. A CPMI entrevistou diversos atuantes, entre os quais muitos estavam ligados diretamente ao governo, como o blogueiro Allan dos Santos, investigado sob suspeita de disseminação de ataques às instituições democráticas e outros crimes. Allan dos Santos foi sentenciado a cumprir pena, porém fugiu para os Estados Unidos, onde está até hoje. Alexandre Frota (PSDB -SP) ex-apoiador do governo, declarou que assessores da Presidência da República estavam atuando com “milícias

digitais”, em uma rede de ataques virtuais, propagando desinformação e intimidações a membros da oposição (OS, 2020).

Diversas plataformas também estão adotando medidas para solucionar os problemas das Fake News e disseminação de ódio nas redes sociais. Hoje, algoritmos são acionados no Instagram para detectar e bloquear palavrões e palavras ofensivas em comentários. As plataformas também vêm adotando mecanismos de denúncias para bloquear conteúdos de Fake News. Tudo isso vem contribuindo para uma espécie de “trava” para as ações virtuais do Presidente.

Recentemente, o Telegram também foi alvo dessas tentativas de refrear a disseminação de Fake News, onde pela decisão do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, a plataforma deveria encerrar seus serviços no país. O Telegram possui um mecanismo controverso, que possibilita o compartilhamento de conteúdo falsos numa escala maior do que a do WhatsApp, além disso, o Telegram era a plataforma principal de disseminação e existência de grupos neonazistas e organizações criminosas. Como esperado, Bolsonaro e o seu eleitorado fizeram uma série de ataques ao ministro nas redes sociais (ALEXANDRE, 2022).

Chegando ao fim do primeiro trimestre de 2022, as estruturas democráticas da democracia liberal brasileira não parecem possuir um risco. Bolsonaro continua tendo o apoio das elites que o elegeram e o mantém no poder. O Estado Oligárquico de Direito brasileiro se mantém íntegro.

Por outro lado, a ameaça se concentra no contínuo aumento da perda de direitos, aumento de ataques a liberdades individuais, políticos e das mídias, crescimento de grupos antidemocráticos, e alimentação de uma sociedade cada vez mais polarizada e hostil.

A crise da democracia no Brasil na era Bolsonaro, parece não apresentar um resultado de golpes clássicos ou modernos, talvez não pela sua falta de interesse, mas pela sua ineficiência de concretizar esses planos. Assim como Trump, Bolsonaro parece encaminhar para uma derrota nas eleições de 2022. Todavia, assim como os EUA, o Brasil poderá sofrer com as sequelas por um bom tempo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise democrática não necessariamente se consolidará com um golpe ao estilo de 64, ou do Estado Novo. O que se apresenta aqui é a própria ferida democrática que possibilitou a entrada de um populista autoritário no poder, isso já é por legitimidade uma crise democrática, que por sua vez, não se restringe ao aparato estatal, mas sim nos grupos de lutas por direitos. E por mais que esses grupos fora da “ordem de filiação humana” tenham perdido espaço na luta política nesses oito anos de crise, eles continuaram lutando e atuando, às vezes nas redes sociais, às vezes na rua, às vezes nos dois.

Bolsonaro, hoje, não apresenta ameaça de golpe, e talvez não represente até o final do seu mandato. Talvez o Brasil consiga se salvar nas próximas eleições através da impopularidade crescente de Bolsonaro. De qualquer forma, vivemos uma imensa ferida histórica que terá muitos problemas para cicatrizar. Pois que por mais que a popularidade de Bolsonaro continue caindo, seus aliados mais engajados continuam defendendo-o a todo vapor em seu território – o ciberespaço.

Diante de uma trajetória conturbada do Brasil de 2013 até hoje, o que se pode destacar como um ponto decisivo para a atual situação, foi a campanha virtual protagonizada por grupos de direita. Concluímos continuando com o pensamento que o ciberespaço se caracteriza apenas como um agente condicionador das relações políticas provocadas no território, que por sua vez, o mesmo servia – e ainda serve –, como porta de entrada comunicativa para a organização e formação dessas novas ondas de cunho fascistas, que por sua vez desenvolveram jornadas de fake News, disseminação de ódio, negacionismo, teorias da conspiração, entre diversos outros problemas em da política do Brasil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2 EM cada 3 receberam fake news nas últimas eleições, aponta pesquisa. **Folha de São Paulo**. 19 de maio de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/2-em-cada-3-receberam-fake-news-nas-ultimas-eleicoes-aponta-pesquisa.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ALESSI, Gil; HOFMEISTER, Naira. Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG. **El País**. 09 de junho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em: 28 mar. 2022.

ALEXANDRE de Moraes determina o bloqueio do Telegram no Brasil. **VEJA**. 18 de março de 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/alexandre-de-moraes-determina-o-bloqueio-do-telegram-no-brasil/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

ALTINO, Lucas. Garimpos autorizados em territórios proibidos chegam a 50 durante governo Bolsonaro. **O GLOBO**. 27 de março de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/garimpos-autorizados-em-territorios-proibidos-chegam-50-durante-governo-bolsonaro-25449995>. Acesso em: 28 mar. 2022.

ANGWIN, Julia; MCGINTY, Tom. Sites Feed Personal Details To New Tracking Industry. **THE WALL STREET JOURNAL**. 30 de julho de 2010. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB10001424052748703977004575393173432219064>. Acesso em: 22 mar. 2022.

APPLEBAUM, Anne. **O crepúsculo da democracia**: como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política. Rio de Janeiro: Record, 2021.

AS pistas do método ‘Cambridge Analytica’ na campanha de Bolsonaro. **CARTA CAPITAL**. 19 de outubro de 2018. <https://www.cartacapital.com.br/politica/as-pistas-do-metodo-201ccambridge-analytica201d-na-campanha-de-bolsonaro/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

ASSANGE, Julian. **Cipherpunks**: Liberdade e o futuro da internet. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

AVILA, Carlos F. Domínguez Avila. **Democracias em crise, ascensão de autoritarismos competitivos e implicações para América Latina**: a Terceira Onda de

reversa em perspectiva. In: Encontro Anual da Anpocs, 43., 2019, Caxambú - MG. Anais Eletrônicos. Caxumbá: ANPOCS, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fanpocs.com%2Findex.php%2Fencontros%2Fpapers%2F43-encontro-anual-da-anpocs%2Fst-11%2Fst10-8%2F11676-democracias-em-crise-ascensao-de-autoritarismos-competitivos-e-implicacoes-para-america-latina-a-terceira-onda-de-reversa-em-perspectiva%2Ffile&clen=261855&pdfilename=CarlosAvila.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

AZEVEDO, Daniel Abreu; MORAIS, Marcelo Alonso. **Ensino De Geografia** - Novos Temas Para A Geografia Escolar. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BIGNOTTO, Newton. **O Brasil à procura da democracia**: da proclamação da república ao século xxi (1889-2018). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2020.

BOLSONARO em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**. 29 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BOLSONARO sobre matéria da Folha: "Eu não tenho controle se tem empresário simpático a mim fazendo isso". **O Antagonista**. 18 de outubro de 2018. Disponível em: <https://oantagonista.uol.com.br/brasil/bolsonaro-sobre-materia-da-folha-eu-nao-tenho-controle-se-tem-empresario-simpatico-mim-fazendo-isso/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BOLSONARO usa invasão no Congresso dos EUA para questionar eleições no Brasil. **G1**. 07 de janeiro de 2022. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/07/um-dia-apos-a-invasao-do-capitolio-bolsonaro-volta-a-dizer-sem-provas-que-houve-fraude-na-eleicao-dos-eua.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BORGES, Lucas. O que é 300 do Brasil, grupo de extrema-direita liderado por Sara Winter. **UOL**. 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/15/o-que-e-300-do-brasil-grupo-de-extrema-direita-liderado-por-sara-winter.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRUZZONE, Andrés. **Ciberpopulismo**: política e democracia no mundo digital. Edição do Kindle. E-book.

DIAMOND, Larry. **Facing Up to the Democratic Recession**. *Journal of Democracy*, vol. 26, no. 1, Jan. 2015, pp. 141-55. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/facing-up-to-the-democratic-recession/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

DUNN, John. **A História da Democracia**: um ensaio sobre a libertação do povo. São Paulo: Editora Unifesp, 2021. E-book.

EATWELL, Roger. **Nacional-populismo**: a revolta contra a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2020.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os Engenheiros do Caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

FABRO, Claro. Nova regra do WhatsApp vale amanhã; entenda os termos de privacidade. **TechTudo**. 14 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2021/05/nova-regra-do-whatsapp-passa-a-valer-entenda-os-termos-de-privacidade.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2021.

FUKUYAMA, Francis. A ascensão do nacionalismo populista. **Credit Suisse**. 23 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us-news/en/articles/news-and-expertise/francis-fukuyama-the-rise-of-populist-nationalism-201801.html>. Acesso em: 12 set. 2021

FUKUYAMA, Francis. **Ordem e decadência política**: da revolução industrial à globalização da democracia. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

GALINARI, F. F. de Carvalho. **Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff** (as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014 - 2016). Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Flume.ufrgs.br%2Fbitstream%2Fhandle%2F10183%2F164349%2F001026688.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&clen=4017433>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GESTÃO Bolsonaro já trocou ao menos 20 delegados de cargos de chefia na PF. **ISTOÉ**. 03 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/gestao-bolsonaro-ja-trocou-ao-menos-20-delegados-de-cargos-de-chefia-na-pf/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

GOMES, Renata. Em 9 meses, número de seguidores de Bolsonaro cresceu mais de 90%. **Poder360**. 09 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/em-9-meses-numero-de-seguidores-de-bolsonaro-cresceu-mais-de-90/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

GUEIROS, Bruno. **Social bots**: Uma análise sobre a gênese e o desenvolvimento dos robôs nas mídias sociais. Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, 2018. E-book.

HADDAD denuncia 'complô' de Bolsonaro por bombardeio de 'fake news'. **Estado de Minas**. 18 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/18/interna_internacional,998331/haddad-denuncia-complo-de-bolsonaro-por-bombardeio-de-fake-news.shtml. Acesso em: 23 mar. 2022.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Edipro, 2015.

ÍNDICE 2022: O termômetro da corrida eleitoral. **VEJA**. 25 de março de 2022. Disponível em: <https://interativos.veja.abril.com.br/eleicoes/2022/brasil/agregador-pesquisas/presidente>. Acesso em: 27 mar. 2022.

ISPER JR, Acram. **Democracia digital**: definições de uma nova ciberpolítica. Curitiba: Appris, 2020. E-book.

KAPLAN, Robert. **A vingança da geografia**: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

KENNY, Charles. Melhor. Década. Sempre. Foreign Policy. 09 de agosto de 2010. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2010/08/09/best-decade-ever/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

LEVITSKY, Steven. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MACHADO, Uirá. Bolsonaro é uma ameaça à democracia, diz Francis Fukuyama. **Folha de São Paulo**. 22 de abril de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/bolsonaro-e-uma-ameaca-a-democracia-diz-francis-fukuyama.shtml>. Acesso em: 12 set. 2021

MAIS de 80% dos brasileiros acreditam que redes sociais influenciam muito a opinião das pessoas. **Senado Federal**. 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opinioao-das-pessoas>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MARCONDES F., Ciro. **Fake news: o buraco é muito mais em baixo**. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Sílvio. *As Fake News e a Nova Ordem (DES) Informativa na Era da Pós-Verdade*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. E-book.

MAZUI, Guilherme. Eduardo Bolsonaro diz que, 'se esquerda radicalizar', resposta 'pode ser via um novo AI-5'. **G1**. 31 de outubro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-diz-que-se-esquerda-radicalizar-resposta-pode-ser-via-um-novo-ai-5.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de São Paulo**. 18 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtmlhttps://oantagonista.uol.com.br/brasil/bolsonaro-sobre-materia-da-folha-eu-nao-tenho-controle-se-tem-empresario-simpatico-mim-fazendo-isso/>. Acesso em: 24 mar. 2022

MONITOR da Violência: assassinatos caem em 2019, mas letalidade policial aumenta; nº de presos provisórios volta a crescer. **G1**. 16 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/16/monitor-da-violencia-assassinatos-caem-em-2019-mas-letalidade-policial-aumenta-no-de-presos-provisorios-volta-a-crescer.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2022.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NAÍM, Moisés. **O fim do poder: como os novos e múltiplos poderes estão mudando e abalando os modelos tradicionais na política, nos negócios, nas igrejas e na mídia**. São Paulo: Leya, 2019.

OS principais momentos da CPMI das Fake News, que ampliou racha na base de Bolsonaro. **BBC NEWS**. 06 de março de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51745900>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. E-book.

PAULO, João. ‘Rachadinha’: entenda o caso de Flávio Bolsonaro após decisões do STJ. **O Globo**. 17 de março de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/rachadinha-entenda-caso-de-flavio-bolsonaro-apos-decisoes-do-stj-24928221>. Acesso em: 12 jan. 2022.

PAULUZE, Thaiza; NOGUEIRA, Italo. Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio e mata músico. **Folha de São Paulo**. 08 de abril de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>. Acesso em: 28 de março de 2022.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; LERNER, Celina. **A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff**. Em *Debate*, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.12-24, abril 2018.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reflexões sobre o advento da Cibergeografia ou o surgimento da Geografia Política do Ciberespaço: Contribuição a crítica à Geografia Crítica**. In: II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 2., 2009, São Paulo. São Paulo: USP, 2009. Disponível: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fenhpgii.files.wordpress.com%2F2009%2F10%2Fhindenburgo-pires.pdf&clen=72390&chunk=true>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014. E-book.

RESPONSABILIZADA por Petrobras pela maioria, Dilma tem avaliação estável. **Datafolha**. 08 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/12/1559419-responsabilizada-por-petrobras-pela-maioria-dilma-tem-avaliacao-estavel.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021. E-book.

ROSSI, Amanda; CANEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC NEWS**. 30 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 23 mar. 2022.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SAKAMOTO, Leonardo. **Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas**. In: HARVEY, David. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. E-book.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECRETÁRIO nacional da Cultura, Roberto Alvim faz discurso sobre artes semelhante ao de ministro da Propaganda de Hitler. **G1**. 17 de janeiro de 2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-avim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SHALDERS, André. 'Pacote anticrime' de Sérgio Moro: por que alguns advogados e juristas questionam a proposta. **BBC NEWS**. 04 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47125522>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SILVA, Rafael. **Retrospectiva**: 2019 foi um ano surreal na política brasileira e podemos provar. *A Gazeta*. 30 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/retrospectiva-2019-foi-um-ano-surreal-na-politica-brasileira-e-podemos-provar-1219>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SIQUEIRA, André. Retrospectiva 2020: Confirma os principais fatos que abalaram a política brasileira. **Jovem Pan**. 25 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/politica/retrospectiva-2020-confirma-os-principais-fatos-que-abalaram-a-politica-brasileira.html>. Acesso em: 19 mar. 2022.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. São Paulo: Edipro, 2019. E-book.

